



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Determinantes da procura turística internacional das regiões do litoral e do interior de Portugal Continental

Lisa Raquel dos Santos Pinheiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Economia
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Dr. Margarida Maria Fidalgo Costa Vaz
Co-orientador: Prof. Dr. Anabela Salgueiro Narciso Ribeiro

Covilhã, Outubro de 2013

Agradecimentos

A realização da dissertação de mestrado implica um enorme esforço e dedicação por parte do autor, tendo em conta o árduo trabalho intelectual que envolve. Contudo, não se trata apenas de um trabalho individual. Emerge da conjugação e união de conhecimentos, experiências e mais-valias de todos aqueles que, de alguma forma, para ela contribuíram. Sem o apoio incondicional de algumas pessoas, a sua concretização não teria sido possível. Nesse sentido, gostaria de aqui deixar o meu mais sincero agradecimento a todos aqueles que me acompanharam, motivaram e ajudaram ao longo de todo este processo.

Não poderia deixar de começar por agradecer à minha orientadora, Prof. Dr. Margarida Maria Fidalgo Costa Vaz pela excelente orientação científica, pela partilha de conhecimentos e pelo estímulo e apoio prestado no decorrer deste trabalho de investigação.

À Prof. Dr. Anabela Salgueiro Narciso Ribeiro, co-orientadora desta dissertação, o seu contributo com sugestões e soluções para as dúvidas e dificuldades que foram surgindo.

Ao Prof. Dr. Tiago Miguel Guterres Neves e ao João Garra pela disponibilidade demonstrada e ajuda prestada.

Finalmente, e não menos importante, à minha família e amigos que sempre me motivaram mesmo nos momentos menos bons. Em especial aos meus pais e irmã pelo apoio incondicional, motivação e crença na concretização final que sempre me transmitiram.

Resumo

A prática crescente do turismo a nível internacional e o seu contributo económico têm demonstrado a importância deste sector para as regiões de destino. A sua capacidade de propulsor do desenvolvimento regional e valorização dos recursos autóctones, conjugada com o enorme potencial turístico nacional e com as novas tendências do turismo, de valorização de outros produtos para além do produto “Sol e Mar”, realça a necessidade de análise dos factores que influenciam a procura turística internacional. Este estudo analisa os factores que determinam a procura turística das regiões portuguesas do litoral e do interior. Os resultados apresentados demonstram que os principais determinantes da procura turística internacional das zonas do litoral de Portugal Continental são os tradicionais factores de vantagem comparativa (a população, o rendimento dos consumidores e a capacidade hoteleira), bem como alguns aspectos do lado da oferta (a segurança, o desenvolvimento e as acessibilidades). Em oposição, como principais determinantes da procura turística internacional das zonas do interior de Portugal Continental emergem, principalmente, os factores do lado da oferta (a segurança, o esforço cultural das entidades públicas, os recursos naturais e as acessibilidades físicas) e a capacidade hoteleira. Em ambas as regiões, a reputação e a qualidade dos serviços apresenta-se também como um dos principais determinantes, tendo em conta o impacto da persistência do hábito na procura turística internacional destes destinos.

Palavras-chave

Turismo receptivo internacional, Determinantes da procura turística, Desenvolvimento Regional, Modelos Dinâmicos, Dados em Painel, GMM em Sistema.

Abstract

The growing practice of international tourism and its economic contribution have demonstrated the importance of this sector to the destination regions. Their ability to drive regional development and enhancement of own resources, coupled with the huge touristic potential and the new national tourism trends, the valuation of other products than the product "Sun and Sea", highlights the need to analyze the determinants of international tourism demand. This study examines the factors that determine the demand for tourism in the Portuguese regions of the coast and inland. The results show that the main determinants of international tourism demand of coastal areas of mainland Portugal are the traditional factors of comparative advantage (population, income and hotel capacity) as well as some aspects of the supply side (security, development and accessibility). In contrast, the main determinants of international tourism demand from inland areas of mainland Portugal appear mainly the supply side factors (security, cultural effort, natural resources and physical accessibility) and hotel capacity. In both regions, the reputation and quality of services presents itself as a major determinant, taking into account the impact of habit persistence in seeking these international tourist destinations.

Keywords

International inbound tourism, Determinants of tourism demand, Regional development, Dynamic Models, Panel Data, GMM System.

Índice

1. Introdução	2
2. Estudo Teórico	4
2.1. As Dinâmicas do Turismo. O turismo em Portugal.	4
2.1.1. Dinâmicas do Turismo: do Turismo Massificado ao Turismo Alternativo	4
2.1.2. O Turismo em Portugal: Caracterização e Tendências	6
2.1.3. O Turismo em Portugal: Fragilidades e Potencialidades	9
2.2. O Turismo na Economia. Importância e Impactos.....	10
2.3. Crescimento versus Desenvolvimento. O Turismo como factor de Desenvolvimento Regional.	12
2.4. Procura turística e seus Determinantes.....	14
2.4.1. Determinantes específicos na origem	14
2.4.2. Determinantes específicos no destino	15
2.4.3. Determinantes origem/destino	17
3. Estudo Empírico.....	18
3.1. Objectivos.	18
3.2. Metodologia de Investigação.	18
3.2.1. Base Temporal e Geográfica	18
3.2.2. Variáveis, Respectivas Fontes e Resultados Esperados	19
3.2.3. Hipóteses de Investigação	19
3.2.4. Procedimentos Metodológicos.....	20
3.2.5. Modelos com Dados em Painel: Vantagens e Desvantagens.....	21
3.2.6. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel.....	22
3.2.6. Especificação do Modelo	25
3.3. Apresentação dos Resultados, Interpretação e Discussão.	26
4. Conclusão	29
5. Limitações e Propostas de Investigação Futura	31
6. Referências	32
7. Anexos	34

Capítulo 1- Introdução

Num Mundo, onde as barreiras à livre circulação de pessoas e bens entre países se encontram extinguidas ou facilitadas, a prática do turismo tem ganho terreno a nível internacional, tornando-se num dos sectores de mais rápido crescimento económico mundial (Otero-Giráldez *et al.*, 2012). Para essa evolução, contribuíram, não só o aumento do rendimento disponível dos países desenvolvidos e em desenvolvimento mas também a diminuição dos custos transporte (Lim, 1997; Song e Li, 2008) e o aumento da urbanização, da educação e dos tempos de lazer (Jud, 1974, citado por Crouch, 1994:103). Segundo Rodrigues (2010), o progresso científico, técnico e social, a difusão das tecnologias de informação, a globalização e a crescente mobilidade foram também factores preponderantes.

Deste modo, esta actividade tem-se tornado numa das mais relevantes para economia das regiões de destino (*World Travel & Tourism Council (WTTC)*, 2011), dado que, para além do contributo para a balança de pagamentos, para o PIB (Produto Interno Bruto) e para a criação de emprego, investimento e rendimento, é-lhe ainda reconhecida a função de “motor” do desenvolvimento de outras actividades (UNWTO, 2006) e potenciador do espaço rural e património humano, histórico, natural e cultural (Santos, 2011).

No que respeita a Portugal, apesar de ter vindo a perder quota de mercado, continua a deter um lugar cimeiro no *ranking* da actividade turística, ocupando, em 2011, o 35º lugar no indicador do número de entradas de turistas internacionais e o 25º lugar no indicador das receitas do turismo internacional (INE, 2012). No *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (PENT, 2011:05), citando Bernardo Trindade, ex-Secretário de Estado do Turismo, é referido que “o turismo conquistou um papel central na economia portuguesa e é líder nas exportações, na sustentabilidade, na inovação e na criação de emprego. É já um dos principais motores do desenvolvimento regional em Portugal”.

Portugal, comumente promovido como um país “3 S”: “*Sun, Sea and Sand*” (sol, mar e praias), centrou a sua actividade na exploração desse produto turístico em detrimento de outros (Daniel, 2010). No entanto, segundo Fernandes *et al.* (2003), o aumento da concorrência pelo preço por parte de outros destinos com oferta similar (Espanha, Turquia, Grécia, Tunísia, entre outros) e um maior investimento promocional de destinos turísticos diversificados localizados no interior do país, têm reforçado a capacidade atractiva das regiões do interior e minorado a competitividade e atractividade das regiões do litoral.

Neste contexto, e tendo em conta a importância do estudo da procura turística para o planeamento e tomada de decisão estratégica informada por parte dos políticos e decisores da área, emerge a necessidade de analisar os factores que influenciam a procura das regiões turísticas portuguesas do litoral e do interior. A identificação desses factores permitirá compreender as tendências do turismo, criar vantagens competitivas (Leitão, 2008; Wang,

2009), evitar o desperdício de recursos e investimentos por utilização indevida do capital (Wang, 2009) e orientar o desenvolvimento regional sustentável (Neves, 2009).

A literatura existente aplicada à área do turismo tem-se centrado essencialmente na análise do impacto do turismo na economia e no desenvolvimento, na explicação da procura e dos fluxos internacionais de turismo e na previsão da procura turística, focando a avaliação a um nível nacional ou a um conjunto de países e negligenciando a análise a um nível regional dentro de um país (Zhang, 2009). Além disso, os estudos dos determinantes da procura turística internacional em Portugal, tanto quanto é do nosso conhecimento, são escassos, não estão desagregados em unidades territoriais NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais) e não fazem uma análise que distinga os determinantes da procura turística do interior dos determinantes da procura turística do litoral, pelo que, nesse sentido, este estudo se mostra inovador. Acresce a isso, ainda, a relevância desta desagregação regional ao permitir realçar a importância das características idiossincráticas das regiões enquanto destinos turísticos, ao possibilitar a realização de comparações entre regiões e, ainda, ao destacar as políticas adequadas às características específicas de cada região.

Posto isto, o presente estudo tem como principal objectivo identificar os factores com maior influência sobre a procura internacional das regiões turísticas portuguesas do litoral e do interior, e simultaneamente analisar se esses factores são significativamente diferentes entre estas regiões e em relação à procura nacional. Espera-se, assim, proporcionar pistas/sugestões aos decisores da área do turismo, de quais as medidas mais adequadas para desenvolver o sector e adaptar a sua oferta à procura existente e potencial.

No entanto, as elevadas dificuldades de modelação que a procura turística nos coloca conduzem a condições de análise, metodologias e resultados variados, não permitindo, assim, a existência de um modelo geral (Crouch, 1995). Deste modo, no presente estudo, serão aplicados modelos dinâmicos auto-regressivos de dados em painel estimados pelo método System GMM (Método dos Momentos Generalizados em Sistema) uma vez que se considera ser a metodologia que melhor se adapta aos dados e aos objectivos do estudo em causa.

Do ponto de vista estrutural, o presente trabalho está dividido em três capítulos. Para além da introdução (cap.1), é ainda realizada uma breve revisão de literatura (cap.2) acerca das dinâmicas do turismo e do turismo em Portugal (secção 2.1), da importância do turismo para a economia (secção 2.2) e para o desenvolvimento regional (secção 2.3) e também acerca da procura turística e seus determinantes (secção 4). No capítulo 3, é apresentado o estudo empírico, a metodologia adoptada, suas vantagens e desvantagens, as fontes de dados, a especificação do modelo, a análise dos dados obtidos e a discussão dos resultados. Por último, exibem-se as conclusões (cap.4) e as limitações do estudo e propostas de investigação futura (cap.5).

Capítulo 2 - Estudo teórico

2.1. As Dinâmicas do Turismo. O Turismo em Portugal

2.1.1. Dinâmicas do Turismo: do Turismo Massificado ao Turismo Alternativo

Cada vez mais, o turismo tem ganho terreno mundialmente, como uma das actividades que mais contribui para o crescimento e desenvolvimento das regiões. A aposta neste sector, além de concorrer para o equilíbrio económico e financeiro, ainda permite a valorização dos recursos autóctones e o estímulo ao desenvolvimento regional.

A nível internacional, a procura turística, medida pelo número de chegadas, tem registado uma tendência crescente, apresentando um aumento de cerca de 30% entre 2004 e 2011. Porém, esta não é uma actividade com um crescimento contínuo. É influenciada por diversos factores, internos e externos que provocam oscilações ao longo do tempo. Assim, apesar da tendência de crescimento, em 2009, a actividade turística internacional registou um decréscimo de aproximadamente 3,49% na taxa de crescimento anual em relação ao ano anterior. Esse decréscimo foi motivado pela recessão económica que se iniciou em meados de 2008 e se propagou um pouco por todo mundo, principalmente nos principais mercados emissores de turistas. Contudo, em 2011, a procura turística internacional apresenta novamente numa tendência positiva, crescendo, em relação ao ano anterior, a uma taxa anual de 4,84% e atingindo, em termos absolutos 990 milhões de entradas.

As projecções apontam para esta tendência se mantenha e o número de chegadas internacionais alcance os 1,4 biliões em 2020 e 1,8 biliões em 2030 (UNWTO, 2012).

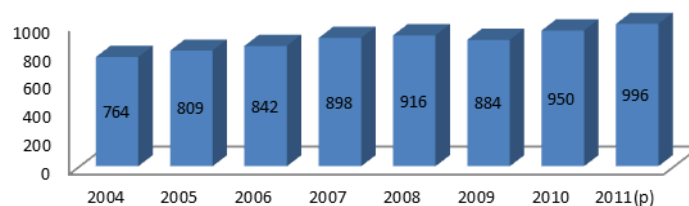


Gráfico 1. Entrada de turistas internacionais no mundo (em milhões)

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Turismo de Portugal, I.P.

No entanto, os turistas de hoje são, em muito, diferentes dos turistas de antigamente. Procuram novos produtos, novas experiências e novas tecnologias. São mais informados, mais experientes, mais independentes e mais exigentes. Detêm maior consciência ambiental e social e valorizam as diferenças culturais, o contacto com a natureza, a relação qualidade-preço e a diferenciação (Rodrigues, 2010).

Tradicionalmente, o turismo desenvolveu-se pela aposta nos produtos “de massas”, baseados nos recursos naturais sol, praia e montanha e caracterizados por uma forte concentração nos mesmos lugares e nas mesmas épocas do ano. Tratava-se de um turismo

altamente sazonal, homogéneo, não diversificado, com uma oferta rígida e pouco profissionalizada e irresponsável em termos sociais, ambientais e culturais (Souza, 2006).

Ora, essa irresponsabilidade começou a originar efeitos ambiental, social e culturalmente nocivos para as regiões de destino. A nível ambiental, o desenvolvimento desenfreado e não planeado da actividade turística, muito além dos limites de capacidade de carga da mesma, o uso abusivo dos recursos naturais e a degradação ambiental. A nível social e cultural, a imposição do modo de vida dos turistas nas regiões de destino, a aculturação e a perda de identidade dos locais visitados (Souza, 2006).

Posto isto e perante a crescente consciência das externalidades negativas do turismo massificado (Vareiro, 2007), surge, o turismo alternativo que abandona a ideia dos “3 S”: “*Sun, Sea, Sand*”, do turismo massificado, a favor dos “5 S”: “*Sophistication, Specialization, Segmentation, Satisfaction, Seduction*” (Buhalis, 2001, citado por Rodrigues, 2010:20).

De acordo com Rodrigues (2010), este novo paradigma provocou alterações no sector a vários níveis. Ao (i) nível dos destinos, surgiram novos destinos, aumentaram as viagens de longa distância e os destinos turísticos tradicionais perderam quota de mercado. Ao (ii) nível da concepção de desenvolvimento do turismo, há uma enorme aposta na qualidade, diferenciação e sustentabilidade dos produtos turísticos e o turismo doméstico emerge cada vez mais como uma oportunidade de desenvolvimento regional. Ao (iii) nível da oferta, surgem novos produtos, como é o caso do ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, turismo desportivo, entre outros. Ao (iv) nível da procura, o sedentarismo perde importância e cresce a preferência por férias activas e equilíbrio na utilização dos recursos naturais. Assiste-se à emergência das férias repartidas, de curta duração e mais frequentes. Por último, ao (v) nível das organizações, verifica-se, para o turismo tradicional de sol e mar, uma maior integração vertical e horizontal, onde surgem os operadores turísticos de grande dimensão.

Citando Souza (2006:22), neste novo paradigma de turismo, “a produção em massa e em larga escala do pacote turístico é substituída pela solução personalizada, a exigir das organizações turísticas e das áreas de destino uma produção centrada na economia de oportunidade, ofertando uma variedade de serviços sob medida”.

No entanto, apesar das áreas de concentração turística e massificação da procura continuarem a ser as mais procuradas (Fonseca, 2010), o aparecimento de novos produtos em conjugação com esses produtos turísticos tradicionais, promovem uma infinidade de oportunidades de desenvolvimento do sector, desde que se valorizem os recursos endógenos e se desenvolvam produtos atractivos e adaptados a um determinado segmento de mercado (Vareiro, 2007). Os destinos turísticos e os seus decisores devem estar atentos às tendências (Rodrigues, 2010), conhecer os nichos, os comportamentos dos consumidores e as particularidades dos mercados para alcançar produtos e serviços cada vez mais personalizados (Souza, 2006).

2.1.2. O Turismo em Portugal: Caracterização e Tendências

Também a nível nacional o turismo se apresenta como um sector estratégico para a economia. A sua evolução, apesar de a níveis inferiores, tem acompanhado as tendências mundiais, registando um crescimento de cerca de 13% entre 2004 e 2011. Em linha com a oscilação ocorrida na procura turística internacional em meados de 2008/2009, também a procura internacional do destino Portugal sentiu o efeito da crise financeira despoletada em 2008, registando-se um decréscimo anual no número de dormidas em cerca de 11,4% em 2009 comparativamente a 2007. Em 2011, a procura turística já se encontrava de novo em crescimento, a uma taxa homóloga anual de 10,1%.

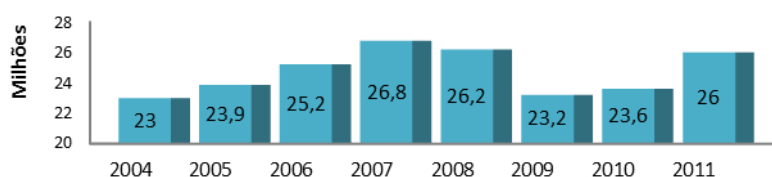


Gráfico 2. Dormidas de não residentes nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Portugal, enquanto destino turístico, sempre foi promovido como um país de “sol, mar e praias” e centrou a sua aposta na exploração destas atracções turísticas de procura massificada, baixa qualidade e nocivas para a paisagem litoral (Coelho, 2010).

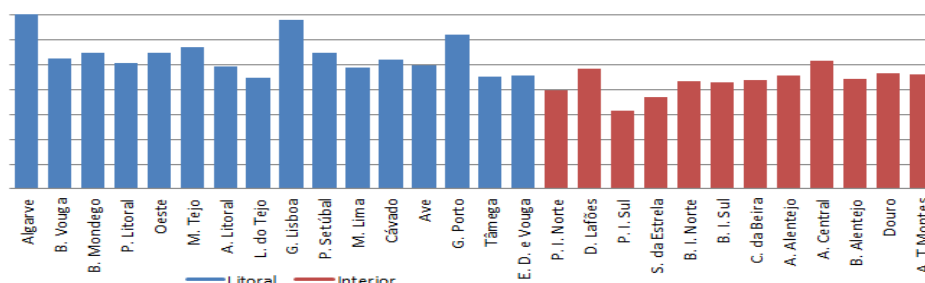


Gráfico 3. Dormidas de não residentes, por NUT III e por sub-região litoral/interior, em 2011

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Analisando a procura turística internacional regional, desagregada por NUT III¹ e diferenciada entre regiões interior/litoral² de Portugal Continental (gráfico 3), observamos isso mesmo, a supremacia da procura turística internacional do litoral, com preponderância no Algarve, Lisboa e Porto. Ainda assim, é importante ressaltar as regiões Dão-Lafões, Alentejo Central e Douro, pela sua capacidade atractiva de turismo internacional.

Este tipo de turismo “sol e mar”, além de sobrelotado, apresenta ainda dependência dos mercados emissores, já que se caracteriza por uma concentração das mesmas pessoas,

¹ As Unidades Territoriais pertencentes às NUT III estão presentes no Anexo 1

² A divisão territorial litoral/interior agrupa no litoral as NUT III com a sua localização no litoral (ou na sua área de influência) e no interior as NUT III restantes, à semelhança do que foi efectuado por Cepeda *et al.* (2001) e Vaz e Dinis (2007).

nos mesmos lugares, na mesma época do ano. Assim, como se pode observar no gráfico 4, também a procura turística internacional do destino Portugal se apresenta fortemente dependente de um número relativamente pequeno de países europeus, nomeadamente a Alemanha, a Espanha, a França, a Holanda e o Reino Unido (top 5) que, em conjunto concentravam, em 2011, cerca de 65% da procura turística internacional e 57% da procura turística total do destino Portugal.

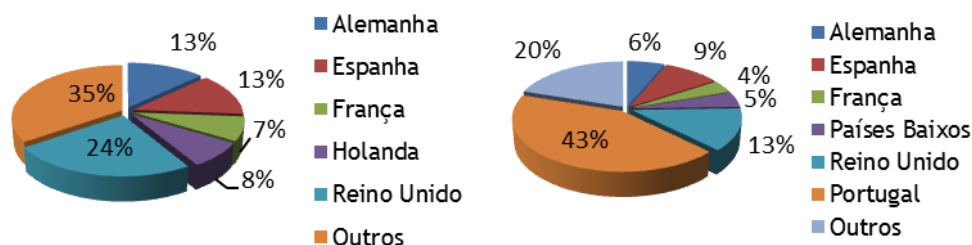


Gráfico 4. Dormidas registadas em Portugal, por país emissor, em 2011

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

No Anexo 2, é possível verificar que, também nas zonas do litoral e do interior se verificou a forte dependência de poucos mercados emissores. Nas regiões do litoral, 64% das dormidas na região correspondem a não residentes, sendo que, delas, 42% se concentram em 5 países (sobretudo Reino Unido (15%) e Espanha (10%)). Em oposição, nas regiões do interior, a predominância é do mercado interno, que representa 89% das dormidas na região.

Por último, recorrendo ao Anexo 3, podemos analisar cada uma das NUT III no que concerne aos respectivos mercados emissores de turismo internacional. No caso do turismo nas regiões pertencentes ao interior de Portugal Continental é importante referir a Espanha, principalmente nas NUT III Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Beira Interior Sul, Alto Alentejo e Baixo Alentejo. No caso do turismo nas regiões pertencentes ao litoral é marcante a contribuição do Reino Unido na emissão de turistas, principalmente na NUT III Algarve, logo seguido da Espanha no Minho-Lima, Baixo Vouga, Península de Setúbal e Médio Tejo.

Outra das principais características do turismo “sol e mar” é a sua centralização “na mesma época do ano”, isto é, a sua elevada sazonalidade. Ora, também a procura turística internacional de Portugal apresenta uma concentração do seu volume num curto período de tempo, entre Julho e Setembro, apresentando-se altamente sazonal (Anexo 4).

No entanto, tem-se vindo a assistir a uma mudança gradual nas atitudes e comportamentos dos turistas, emergindo uma maior procura por destinos com valores turísticos diferenciados (Fernandes *et al.*, 2003; Daniel, 2010; Santos, 2011). Em consequência disso, começa a surgir uma oferta turística alternativa, diversificada, de qualidade e preocupada com a preservação da identidade cultural e dos recursos naturais e ambientais das diversas regiões (Coelho, 2010) e cuja variedade de produtos lhes permite competir com as regiões turísticas tradicionais (Ramos, 2011).

A evolução dinâmica da procura turística internacional das sub-áreas litoral/interior evidencia isso mesmo. Os gráficos 5 e 6 apresentam uma tendência crescente da procura das

zonas do interior do país, que crescem mais rapidamente (taxa de crescimento anual em 2011, em relação a 2010 foi de 17,3%) que as zonas do litoral (taxa de crescimento anual em 2011, em relação a 2010 foi de 9,75%), o que corrobora exactamente aquilo que já havia sido referido por Fernandes *et al.* (2003) e Vaz e Dinis (2007), que afirmavam a existência de elevados níveis de crescimento da procura internacional das áreas do interior de Portugal e perda de competitividade e capacidade atractiva das áreas do litoral.

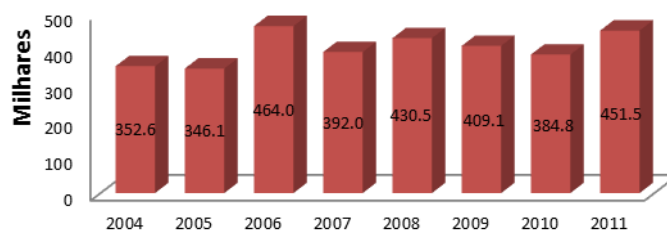


Gráfico 5. Dormidas dos não residentes nas regiões do interior de Portugal

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

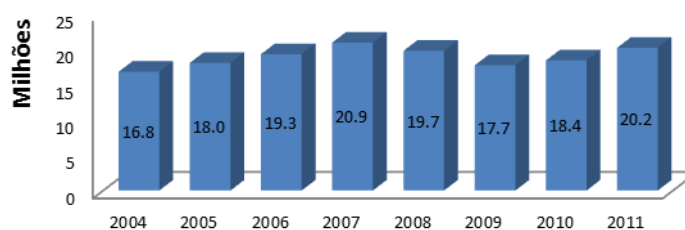


Gráfico 6. Dormidas dos não residentes nas regiões do litoral de Portugal

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Outras das tendências, apontada por Rodrigues (2010), para o novo paradigma de turismo relaciona-se com o facto do turismo doméstico emergir cada vez mais como uma oportunidade de desenvolvimento regional. Ao analisarmos as dinâmicas da procura turística doméstica em Portugal (Anexo 5), verificamos, uma tendência de crescimento no mesmo (cresceu cerca de 20,6% entre 2004 e 2011).

2.1.3. O Turismo em Portugal: Fragilidades e Potencialidades

Desde sempre que Portugal foi reconhecido como um destino de férias e lazer, não apenas pela sua excelente localização geográfica e clima, mas essencialmente pelas suas características idiossincráticas. Trata-se de um país com uma diversificada paisagem e recursos naturais (extensa costa com praias de areia fina, montanha, planaltos, parques naturais, entre outros), uma herança histórica, cultural e patrimonial vasta, uma excelente e diversificada gastronomia, preservação das tradições, ruralidade e artesanato, um povo afável, comunicativo e hospitaleiro e, ainda, uma boa capacidade hoteleira, modernidade, segurança e uma boa relação qualidade/preço. (Neves, 2009 e PENT, 2011).

A região norte, pela sua ruralidade e paisagem, património histórico, artístico, religioso e arquitectónico, centro empresarial, cultura popular, gastronomia, vinhos e termas, apresenta um forte potencial para turismo de negócios, *city breaks*, turismo da natureza, enoturismo, turismo de saúde e bem-estar, *touring*, turismo rural e turismo gastronómico. Por sua vez, a região centro, caracterizada, também, pela sua ruralidade e paisagem, litoral atlântico e aldeias históricas, costumes, tradições e gastronomia, é ideal para a prática de turismo da natureza, *touring*, turismo rural, turismo de habitação e turismo gastronómico.

No que se refere à região de Lisboa, a sua modernidade e diversidade, onde proliferam recursos naturais e paisagísticos, recursos patrimoniais, históricos e culturais e centros de congressos, revelam potencial para a prática de turismo de sol e mar, *touring*, *cross-selling*, *city breaks*, turismo de negócios, turismo náutico e turismo da natureza. Já a região alentejana, fortemente caracterizada pela sua gastronomia, segurança, tipicidade (das gentes e da região) e diversidade paisagística, arquitectónica e cultural é propícia às práticas do turismo sol e mar, *touring*, golfe, turismo da natureza e de saúde e bem-estar.

Por último, o Algarve, geralmente conhecido pelas suas praias é ainda abundante em outros recursos, a saber, a paisagem diversificada, o património arquitectónico e cultural (coexistência de diferentes povos e culturas) e os produtos regionais, artesanato e gastronomia. Tem potencial nas áreas do turismo sol e mar e náutico, turismo para a prática de golfe, turismo de negócios, turismo residencial e turismo de saúde e bem-estar. (Fazenda (2008), citado por Santos (2011), Neves (2009) e PENT (2011)).

Deste modo se prova, que Portugal não é só sol e mar, tem também uma multiplicidade de recursos, produtos e ofertas diversificadas, alternativas ao “turismo de massas” que devem ser valorizadas, não apenas no litoral mas também no interior do país.

Contudo, apesar deste enorme potencial evidenciado, o desenvolvimento desta actividade tem-se pautado por algum desequilíbrio estrutural ao nível da oferta turística, da formação profissional, dos mercados externo e interno e da estrutura empresarial.

Ao nível da oferta turística, segundo Neves (2009) e Costa (2012), as principais debilidades estruturais prendem-se com a excessiva concorrência pelo preço e orientação da oferta para a procura de massas, a concentração de grande parte do alojamento em duas regiões principais: Algarve e Lisboa e a elevada carência de equipamentos e actividades culturais. Ao nível da formação profissional, de acordo com os mesmos autores, existe desequilíbrio entre a procura e a oferta de mão-de-obra qualificada, fraco investimento em formação e impreparação de alguns quadros técnicos. Por sua vez, ao nível dos mercados externos e internos, os problemas são vários. No primeiro, existe uma forte dependência de um número reduzido de mercados, poucos operadores turísticos e lacunas na acessibilidade. No segundo, pequena dimensão, sazonalidade e concentração no litoral (Costa, 2012).

Por último, no que concerne à estrutura empresarial, os problemas relacionam-se com a fragmentação e individualismo das empresas do sector, na sua maioria de pequena dimensão, frágeis em termos de gestão, incapazes de crescer e inovar (Neves, 2009).

2.2. O Turismo na Economia. Importância e Impactos

O turismo, que se pode definir como uma actividade económica, negociada internacionalmente mas consumida no local de origem (Divisekera, 2003; Garín-Muñoz, 2004), tem crescido a um nível alucinante, ganhando cada vez mais adeptos, criando competitividade entre os destinos e afirmando-se como uma estratégia de crescimento e desenvolvimento local. Nesse seguimento, os efeitos que provoca sobre a economia das regiões de destino são múltiplos (Eusébio, 2006; Capó e Valle, 2008). Além de comportar benefícios para os serviços directamente relacionados com o turismo, como o alojamento, restauração, transportes (efeitos directos), também beneficia outros sectores, como a agricultura, a construção e a manufactura, que são fornecedores dos primeiros (efeitos indirectos) e, ainda, os fornecedores dos fornecedores (efeitos induzidos) (Souza, 2009).

Por conseguinte, esta actividade emerge como geradora de oportunidades de crescimento económico e desenvolvimento dos países/regiões (Balaguer e Cantavella-Jordá, 2002; Eilat e Einav, 2004). Não só porque concorre directamente para o PIB (Chu, 2011), mas também pela sua contribuição positiva para a balança de pagamentos, moeda, distribuição de rendimentos, investimento, produção, emprego e receitas fiscais (Naudé e Saayman, 2005; Soukiazis e Proença, 2008; Lee e Chang, 2008; Schubert, Brida e Risso, 2011; Santos, 2011).

De acordo com Seetanah (2011), entre outros (e.g. Lim, 1997; Balaguer e Cantavella-Jordá, 2002; Naudé e Saayman, 2005; Vareiro, 2007), as despesas dos turistas internacionais na aquisição de bens/serviços no destino turístico, representam receitas de exportação para esse destino, as quais, através da captação de divisas e da produção gerada com a expansão do turismo, podem contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Com a entrada de turistas, consumidores de bens e serviços, aumenta a quantidade de recursos monetários. Estes, através do consumo intermédio e do incremento do investimento propagam-se a outras actividades (Vareiro, 2007; Eugenio-Martin e Campos-Soria, 2011), contribuindo para o incremento do rendimento nacional (Neves, 2009) e desenvolvimento de outros sectores (Soukiazis e Proença, 2008). No entanto, este efeito multiplicador na economia é dependente de vários factores, entre os quais, a propensão marginal a consumir, a dimensão do país/região de destino, a rigidez da oferta e os efeitos induzidos como a inflação (Neves, 2009).

Além disso, é também importante realçar o impacto positivo que o turismo gera no emprego, tanto em indústrias associadas ao turismo, como em outras, fornecedoras do sector (Vareiro, 2007). Em termos directos, a actividade turística, pelas suas características de mão-de-obra intensiva e pouco qualificada (Naudé e Saayman, 2005), absorve uma grande percentagem da força de trabalho e permite atenuar os elevados índices de desemprego, (Lim, 1997; Surugiu *et al.*, 2011). Por sua vez, em termos indirectos e induzidos, incita, ainda, a criação de postos de trabalho em empresas de outros sectores, suas fornecedoras, como a agricultura, o artesanato, a construção e outras indústrias locais (Neves, 2009).

Por outro lado, o turismo tem também um papel fundamental no incentivo ao investimento (Eilat e Einav, 2004), uma vez que seu desenvolvimento implica, não apenas a construção e reabilitação de infra-estruturas turísticas mas também a construção de outras infra-estruturas e equipamentos que, não estando directamente ligados à actividade turística, a suportam (por exemplo, as estradas) (Vareiro, 2007). Ora, estas infra-estruturas e equipamentos exigem elevados montantes de investimento, que podem ser provenientes de agentes públicos, privados ou externos (Neves, 2009). Em termos fiscais, o turismo também pode representar uma fonte de receitas para o governo apesar dessas receitas estarem dependentes das características do país, do tipo de impostos e taxas, da pressão fiscal sobre a produção e o consumo e do grau de evasão fiscal. (Eilat e Einav, 2004).

Por último, a actividade turística proporciona um aumento do rendimento e uma melhoria na sua distribuição (Neves, 2009), dado que a movimentação de capitais ocorre das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas (Vareiro, 2007).

Apesar dos benefícios relatados, esta actividade não produz somente vantagens para as regiões de destino. Pelo contrário, os custos a ela associados não devem ser ignorados.

De acordo com Souza (2009), os impactos negativos do turismo na economia ocorrem em várias dimensões. Poderão sentir-se na inflação, na tributação, no emprego, na produção, nas taxas de câmbio e na despesa pública. Eusébio (2006:32), citando Dwyer e Forsyth (1993), reforça esta ideia e acrescenta, ainda, o custo de oportunidade do turismo.

Segundo aqueles autores, a pressão sobre as taxas de câmbio, desencadeada pelo turismo, tem o seu fundamento no incremento das despesas turísticas e conseqüente aumento da procura de moeda, revalorização monetária e redução das exportações.

Relativamente ao aumento da despesa pública, o mesmo ocorrerá motivado pelas exigências de segurança, manutenção de infra-estruturas e conservação dos recursos.

Contudo, o impacto nocivo desta actividade com maior relevância na literatura ocorre ao nível da inflação. De acordo com Eusébio (2006), um incremento do turismo provoca uma maior procura de bens e serviços, o que, conjugado com uma oferta rígida no curto prazo conduz ao aumento do nível geral de preços dos bens e serviços. Segundo o mesmo autor (*op.cit.*, 2006), esta inflação gerada pode ter um impacto positivo na economia se for compensada pelo aumento do rendimento e do emprego.

Por turno, Neves (2009) documenta também um efeito nocivo desta actividade ao nível do emprego. Tendo em conta que se encontra associada a condições de trabalho rigorosas, recursos humanos pouco qualificados, baixa produtividade, flutuação de mão-de-obra e sazonalidade, o emprego resultante do seu incremento poderá caracterizar-se por horários pouco atraentes, salários baixos, possibilidades de carreira limitadas, períodos de excesso de trabalho e períodos de escassez (meses de verão e inverno, respectivamente).

Em relação ao custo de oportunidade entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento de outros sectores de actividade, é importante realçar os elevados montantes de recursos, de capital, de trabalho e outros que o turismo consome e a natureza

limitada desses recursos, pelo que, a sua utilização no sector do turismo implica a sua não utilização no desenvolvimento de outras actividades (Eusébio, 2006; Souza, 2009).

Para finalizar, a forte dependência que esta actividade provoca em algumas regiões, onde se apresenta como principal actividade económica, torna esses destinos menos resistentes a mudanças na procura turística (Eusébio, 2006; Vareiro, 2007; Lopes, 2010).

Assim, é importante que o governo e os decisores da área do turismo tenham em conta os impactos positivos e negativos que esta actividade provoca na economia local e tomem medidas que permitam um desenvolvimento equilibrado do sector.

No que concerne a Portugal, o turismo assume um papel importante, não apenas pelo peso das suas receitas no PIB, mas também pelo seu impacto a outros níveis, como é o caso do emprego e da produção (Santos, 2011). Em 2011 (Turismo de Portugal, 2012), o turismo representou 9% do PIB, 8% do emprego e 13% do total de exportações de bens e serviços.

O peso deste sector para a economia nacional torna ainda mais relevante a importância da análise regionalizada da actividade turística em Portugal - um dos objectivos do presente trabalho - como meio de fornecer informação relevante que poderá ser usada para um desenvolvimento equilibrado quer do sector, quer das diversas regiões portuguesas.

2.3. Crescimento *versus* Desenvolvimento. O turismo como factor de Desenvolvimento Regional

A actividade turística é responsável pela movimentação de multidões de pessoas a nível mundial que procuram satisfazer as suas necessidades enquanto visitantes de um determinado destino. Deste modo, os turistas, pela aquisição de bens e serviços na região para onde se deslocam, potenciam o rendimento, o emprego e o desenvolvimento regional (Castro e Correia, 2010). Em consequência disso, são muitas as regiões que têm apostado no desenvolvimento turístico com o intuito de estimular a economia regional (Neves, 2009).

O turismo, além de estimular o crescimento e ajudar a resolver o problema do desemprego, permite reduzir as desigualdades regionais, substituir actividades que perderam vantagens competitivas, como a agricultura (Soukiazis e Proença, 2008), contribuir para um aproveitamento equilibrado dos recursos, dinamização da produção, recuperação das tradições (Rodrigues, 2010), desenvolvimento das áreas rurais e preservação ambiental (Ribeiro e Santos, 2005). Porém, as medidas a implementar dependerão das características específicas das regiões, nomeadamente, dos seus recursos naturais e humanos, da abertura da economia, da sua especialização produtiva e da sua capacidade de organização (Reis, 2012).

Para além dos impactos económicos referidos (secção 2.2.), é importante destacar as repercussões positivas e negativas desta actividade ao nível cultural, social e ambiental.

Neste sentido, o turismo, além de permitir a conservação e regeneração do património cultural e histórico (monumentos, arquitectura, gastronomia, arte), actua como

importante factor de valorização dos hábitos, costumes e tradições, que tendem a perder-se (Lopes, 2010) e promove a interacção entre diferentes culturas, com ideais, valores e estilos de vida distintos (Souza, 2009). Contudo, também pode causar tensões sociais, perda de identidade, alteração nos espaços de lazer, aumento da insegurança, descaracterização da região, modificação do estilo de vida (Coelho, 2010), perda da diversidade cultural, perda de princípios e crenças e mercantilização da cultura (Souza, 2009).

A nível ambiental, o desenvolvimento do turismo pode levar à aprovação de medidas de conservação e melhoria da qualidade ambiental, de incentivo à conservação e recuperação de edifícios históricos e de preservação de espaços naturais (Vareiro, 2007). Por outro lado, poderá conduzir ao esgotamento e degradação dos recursos naturais (Santos, 2011), a problemas com o tratamento de resíduos produzidos em excesso; à poluição aérea e sonora, causada pelo excesso de tráfego; à erosão do terreno e rivalidade na utilização dos recursos naturais entre o turismo e outras actividades e à contaminação arquitectónica e destruição da paisagem, causada pela construção não planeada, ao longo da zona costeira, acima dos limites de carga e com padrões diferenciados dos habituais na região (OMT, 1998).

Deste modo, para que o turismo se torne uma actividade desenvolvida de uma forma sustentável, é necessária a aplicação de estratégias que impliquem uma utilização responsável dos recursos, tendo em conta, não só os interesses do turismo como também do ambiente e da comunidade (Vareiro, 2007). Assim, a sustentabilidade do turismo deve ser conseguida através da sustentabilidade económica, social e cultural e ambiental.

A sustentabilidade económica defende que o desenvolvimento deve ser realizado através da gestão eficiente dos recursos (Pires e Rodrigues, 2011). A sustentabilidade social e cultural permite o desenvolvimento do turismo baseado na cultura e nos valores das comunidades de destino, impedindo assim a perda de identidade das mesmas (Santos, 2011). Por último, a sustentabilidade ambiental assegura o desenvolvimento do turismo sem pôr em causa a biodiversidade das regiões de destino e tendo em conta a necessidade da conservação dos recursos, principalmente os não renováveis (Santos, 2011).

Nesta perspectiva, a actividade turística, pode tornar-se, de facto, num instrumento de desenvolvimento regional se os consumidores atribuírem valor às características do produto que a região oferece e as empresas, a população e o poder local forem capazes de se apropriarem do rendimento gerado (Ribeiro e Santos, 2005). Torna-se, por isso, crucial que as diferentes regiões se esforcem por criar produtos turísticos inovadores e diversificados, reforcem parcerias estratégicas e invistam no património ambiental e cultural (Reis, 2012).

Em Portugal, o turismo tem um impacto positivo sobre o crescimento regional (Soukiazis e Proença, 2008), o que ajuda a aproximar os níveis de desenvolvimento das diversas regiões com problemas de “interioridade”, “litoralidade” e “desertificação” (Fonseca, 2010). Assim, torna-se imprescindível analisar a procura turística e respectivos determinantes das regiões do litoral e do interior de Portugal - objectivo a que se propõe o presente estudo - para que seja facultada informação relevante aos decisores da área do turismo que permita a realização de uma transformação política que abandone o fomento da

litoralização em detrimento de uma estratégia de valorização das diferenças e especificidades de cada região.

2.4. Procura Turística e seus Determinantes

Principalmente a partir da segunda guerra mundial, a procura turística tem crescido de forma abismal, não só devido a uma melhoria da qualidade de vida mas também motivada pelo desenvolvimento dos transportes e o direito a férias pagas (Fonseca, 2010).

Neste contexto, para compreender o porquê de alguns destinos serem mais atractivos do que outros e quais os factores que condicionam os fluxos turísticos para uma determinada região, em detrimento de uma outra, tem sido aplicada a teoria da procura (Phakdisoth e Kim, 2007), baseado na teoria económica clássica e que prevaleceu, desde sempre, na literatura desta actividade (Zhang e Jensen, 2007). Segundo este modelo, a procura turística do país/região de destino é geralmente explicada por variáveis exógenas, sendo função do rendimento da origem, dos custos de transporte e da taxa de câmbio entre os países/regiões de origem e destino, dos preços relativos entre os países/regiões de destino e origem e países/regiões concorrentes (Crouch, 1994; Lim, 1997; Song e Li, 2008). Deste modo, os factores de rendimento e preços desempenham um papel central na determinação da procura turística internacional (Garín-Muñoz, 2007).

No entanto, nos últimos tempos, além deste modelo, têm surgido na literatura outras abordagens para a explicação da procura turística, nomeadamente, o modelo da gravidade e o modelo da competitividade dos destinos (Zhang, 2009). Estes dois modelos baseiam-se, respectivamente, na ideia de que os fluxos de turistas entre duas regiões ou países são função das características dos países/regiões de origem e de destino, da distância entre os mesmos e de outros factores (Yang, Lin e Han, 2010) e na ideia de que os factores do lado da oferta são importantes para a compreensão dos fluxos de turismo, principalmente os factores endógenos, como os recursos do destino, as infra-estruturas e actividades turísticas e o marketing e publicidade (Santana-Jiménez e Hernández, 2011).

Perante esta diversidade de determinantes, económicos e não económicos, considera-se relevante a sua análise a partir da seguinte subdivisão: (i) determinantes específicos da origem; (ii) determinantes específicos do destino e (iii) determinantes de ligação origem/destino (Eilat e Einav, 2004; Phakdisoth e Kim (2007); Massidda e Etzo, 2012).

2.4.1. Determinantes Específicos da Origem

Na maioria dos estudos, o rendimento do país de origem emerge como um dos principais determinantes da procura turística internacional (Garín-Muñoz e Amaral, 2000; Garín-Muñoz, 2004 e 2007; Wang, 2009; Yang *et al.*, 2010; Gormuş e Gocer, 2010),

apresentando-se com uma elasticidade positiva que afecta os fluxos turísticos de cada região de destino. Ora, sendo a actividade turística considerada uma exportação de serviços, tal como todas as exportações de bens e serviços, também esta depende do rendimento do país importador, uma vez que isso afecta o seu poder de compra (Lim, 1997). Em termos técnicos, grande parte dos investigadores utilizam o rendimento disponível pessoal/nacional ou rendimento permanente e o PIB ou PNB, nominal ou real, *per capita* como *proxy* para o rendimento do país de origem (Eilat e Einav, 2004; Maloney e Montes Rojas, 2005).

Alguns estudos empíricos da procura turística consideram que o tamanho da região de origem, em termos de população, pode afectar positivamente a quantidade de fluxos turísticos gerados (Surugiu *et al.*, 2011; Massidda e Etzo, 2012). Na verdade, faz sentido que, quanto maior a população do país de origem, maior a procura turística de viagens internacionais, *ceteris paribus* (Garín-Muñoz, 2004; Gormus e Gocer, 2010; Surugiu *et al.*, 2011). Assim, tem sido usada a densidade populacional (Massidda e Etzo, 2012) ou a população do país de origem como *proxy* para o tamanho do mercado (Yang *et al.*, 2010).

São vários os investigadores que têm introduzido na modelação da procura turística uma variável que quantifica a persistência do hábito e da repetição (Brida e Risso, 2009; Hsiao, Hui, Wei, Chun, 2009; Massidda e Etzo, 2012) e/ou o efeito boca-a-boca (Garín-Muñoz e Montero-Martín, 2007) para explicar a procura turística, demonstrando que a procura do período anterior pode ter um efeito significativo sobre a procura actual (Garín-Muñoz, 2007). A sua introdução tem sido realizada através da inclusão da variável dependente desfasada como variável explicativa. Quando o turista já está familiarizado com um determinado destino, porque já o visitou anteriormente e gostou, tem menos incerteza do que em relação a um outro destino que ainda não visitou e, portanto é estimulado a repetir a experiência (Garín-Muñoz, 2007; Deng e Athanasopoulos, 2011). Por outro lado, os conhecimentos sobre os destinos turísticos são difundidos quando as pessoas comentam as suas viagens, conduzindo a menos incerteza e, portanto maior propensão a visitá-lo (Garín-Muñoz, 2007; Wang, 2009).

Por último, alguns estudos sugerem a introdução de outras variáveis como é o caso de Yap e Allen (2011), que incluíram a duração do tempo de trabalho e o endividamento das famílias como variáveis explicativas da procura turística.

2.4.2. Determinantes Específicos do Destino

É importante realçar os factores qualitativos da região, como as condições ambientais, a cultura, a acessibilidade e a segurança, as despesas de marketing e publicidade e alguns factores importantes do lado da oferta pelo seu efeito sobre a procura turística (Massidda e Etzo, 2012). Estes últimos, nos quais devem ser incluídos o nível de desenvolvimento do destino, o grau de abertura da economia, as infra-estruturas turísticas e o avanço tecnológico são relevantes na medida em que permitem compreender o que

influencia a competitividade da actividade turística na região e fornecer indicações aos decisores da área para que consigam tornar os recursos mais competitivos (Zhang, 2009).

A procura turística e a escolha do destino turístico podem estar sujeitas a mudanças significativas causadas por eventos inesperados, como desastres naturais (furacões, actividade vulcânica, terremotos, tsunamis e epidemias) e desastres causados pelo homem (terrorismo, agitação política, tensões étnicas, guerra e conflitos externos) (Naudé e Saayman, 2005; Garín-Muñoz e Montero-Martín, 2007), assim como por outro tipo de eventos especiais, como os eventos sociais, culturais e desportivos (Lim, 1997). Assim, é importante incluir este fenómeno na modelação da procura turística, como determinante, para que seja possível aprender com os problemas do passado e desenvolver medidas de prevenção (Wang, 2009).

As despesas de marketing são consideradas um importante factor determinante dos fluxos internacionais do turismo, uma vez que são cruciais para a promoção/divulgação do destino e consequente atracção de turistas (Garín-Muñoz, 2004). Contudo, são poucos os estudos que têm incluído este factor na modelação da procura turística (Lim, 1997) devido à enorme dificuldade em obter dados representativos (Crouch, 1994; Song *et al.*, 2012).

Cada vez mais estudos têm considerado a condição ambiental como um determinante da procura turística, não só pela existência de uma maior consciência ambiental por parte das pessoas mas também pelo aparecimento de tipos de turismo ligados ao ambiente, como por exemplo, o turismo rural e o ecoturismo. De facto, segundo Massidda e Etzo (2012), a elevada elasticidade negativa do turismo à poluição sugere que os turistas podem ser sensíveis à qualidade ambiental. Contudo, Cho (2010) encontrou uma relação inversa para essa variável, justificando-a com o facto da maioria das pessoas desconhecer os níveis de poluição dos países e ter uma preferência por países mais desenvolvidos, comumente, mais poluentes.

A segurança do destino turístico tem sido apontada como um dos determinantes da procura turística, não só nos países em desenvolvimento, como também nos países desenvolvidos (Eilat e Einav, 2004; Yang *et al.* (2010). Assim, qualquer impacto na segurança, nacional ou internacional, afecta negativamente a procura turística (Wang, 2009), uma vez que a maioria dos turistas é avessa ao risco. Neste seguimento, como *proxy* para a segurança têm sido usados, por exemplo, o rácio de crimes menores/crimes totais (Massidda e Etzo, 2012), o número de crimes defendidos por ano (Yang *et al.*, 2010).

Um componente importante da procura turística de qualquer país/região é a sua infra-estrutura de transporte (Khadaroo e Seetanah, 2007). Por isso, a acessibilidade física pode ser vista como factor de atractividade de um destino, dado que a mobilidade é uma das principais preocupações dos turistas (Cho, 2010). Assim, vários investigadores incluíram variáveis de infra-estrutura de transporte nos seus estudos empíricos e encontraram uma relação positiva e significativa (Phadisoth e Kim, 2007; Yang *et al.*, 2010). Algumas das variáveis usadas são, por exemplo, o número de quilómetros de auto-estradas (Massidda e Etzo, 2012) e o comprimento total das estradas (em quilómetros) (Phakdisoth e Kim, 2007).

Outro dos factores que é potencialmente determinante da procura turística de um país/região é a sua infra-estrutura turística (Zhang e Jensen, 2007; Yang *et al.*, 2010), não

apenas por ser um dos aspectos tradicionais de competitividade dos destinos, mas também, porque é o elemento essencial, sem o qual não faria sentido falar em turismo. Assim, a capacidade hoteleira emerge como um dos principais determinantes dos fluxos turísticos para um determinado país/região (Garín-Muñoz e Amaral, 2000; Yang *et al.*, 2010) e é medida através da *proxy* número de quartos de hotel disponíveis (Khadaroo e Seetanah, 2007).

Os recursos naturais e patrimoniais são atributos importantes do destino turístico, constituindo um dos seus principais factores de atracção e vantagem comparativa. Deste modo, devem ser incluídos nos modelos da procura turística. Para isso, têm sido usadas como *proxy*, por exemplo, o tamanho das reservas naturais (Eugenio-Martin e Campos-Soria, 2011).

Alguns autores identificam o crescimento económico do destino turístico como um possível determinante da procura turística (Garín-Muñoz e Amaral, 2000; Eilat e Einav, 2004). Isto porque, se um estado se torna mais rico, o governo vai investir mais dinheiro na melhoria das instalações de infra-estrutura, o que poderia incentivar uma maior procura turística.

2.4.3. Determinantes Origem/Destino

Quando um turista decide viajar, antes de o fazer e para escolher o destino para o qual se vai deslocar, compara o custo de vida nos países de origem/destino e destinos alternativos (Gormus e Gocer, 2010), uma vez que o volume de exportação de qualquer bem ou serviço seja turístico ou não, depende do seu preço (Garín-Muñoz e Amaral, 2000). Por essa razão, este determinante é o segundo mais usado na modelagem da procura turística (Lim, 1997). Porém, a selecção da variável preço a incluir no modelo é particularmente difícil. Isto porque, não existe um preço único considerado como preço turístico, dado que esta actividade é composta por vários componentes (Divisekera, 2003). Contudo, estes componentes são difíceis de medir e identificar (Divisekera, 2003), pelo que, a maioria dos estudos selecciona duas variáveis independentes para os preços turísticos e para os custos de transporte. Para os preços turísticos usam-se os índices de preços ao consumidor (IPC), como *proxy* (Lim, 1997; Eilat e Einav, 2004; Wang, 2009). Para os custos de transporte, a generalidade dos estudos costuma optar pela distância entre as capitais dos países/regiões (Naudé e Saayman, 2005; Leitão, 2010) ou o tempo da viagem (Massidda e Etzo, 2012).

A cultura nacional do turista é susceptível de influenciar a procura na medida em que permite explicar as suas diferenças de comportamento. A cultura dos destinos (música, museus, lugares históricos, tradições e gastronomia) representa um dos seus principais atributos e factores de atracção e, por último, a distância cultural, pode ser determinante para os fluxos turísticos entre países culturalmente próximos ou distantes (Ng *et al.*, 2007).

Capítulo 3 - Estudo Empírico

3.1. Objectivos

O presente estudo exhibe como principal objectivo a análise dos determinantes da procura turística internacional de Portugal Continental e das suas sub-regiões litoral/interior, com o intuito de detectar possíveis diferenças significativas entre os factores que determinam a procura internacional do mercado nacional e regional, bem como prováveis divergências de comportamento dos turistas em função da região de destino se localizar no litoral ou no interior do país. Além disso, é ainda vital a verificação dos determinantes que detêm maior impacto, se os tradicionais factores económicos, se os factores idiossincráticos, como a dotação natural e cultural, a segurança e os equipamentos turísticos. Esta análise poderá, assim, responder a questões fundamentais e tornar-se uma ferramenta útil de gestão, que contribua para o correcto planeamento turístico e facilite o crescimento do sector e o desenvolvimento regional.

3.2. Metodologia de Investigação

3.2.1. Base Temporal e Geográfica

Tendo em conta o objectivo de desagregação da análise dos determinantes da procura turística ao nível da totalidade do território nacional e das sub-regiões litoral/interior, o estudo apresentará três tipos de painéis diferenciados.

Um primeiro painel, constituído pela totalidade amostra e referente ao território nacional, será composto por um horizonte temporal de 7 anos ($T=7$), de 2004 a 2010 e uma base geográfica de 140 unidades transversais ($N=140$), relativa a 5 países de origem³ e às 28 NUTS III⁴ de Portugal Continental. Por sua vez, os painéis constituídos pelas sub-amostras litoral/interior, serão compostos pelo mesmo horizonte temporal ($T=7$) mas por bases geográficas diferenciadas. Assim, em termos seccionais, ambos detêm os mesmos 5 países de origem mas 16 NUTS III ($N=80$), a região do litoral e 12 NUTS III ($N=60$), a região do interior.

No que se refere à selecção do horizonte temporal, foi tida em linha de conta a alteração na composição das NUT III em 2002, que impossibilita o uso de dados anteriores e a disponibilidade de dados que nos permitisse construir painéis balanceados.

Por último, são usados dados anuais a fim de evitar problemas de sazonalidade.

³ Os países de origem são a Alemanha, a Espanha, a França, o Reino Unido e a Holanda. A sua selecção foi motivada por representarem, em conjunto, cerca de 65% da procura turística internacional de Portugal.

⁴ O Anexo 1 contém o mapa com a representação das 28 NUTS III.

3.2.2. Variáveis, Respectivas Fontes e Resultados Esperados

Na tabela 1 são apresentadas as variáveis, respectivas fontes de recolha de informação e resultados esperados. A sua selecção foi feita com base na literatura referenciada no capítulo 5 da secção I e limitada à disponibilidade de dados existente.

Tabela 1. Variáveis dependente e independentes usadas no estudo empírico

NOME	VARIÁVEL	UNIDADE	RESULTADOS ESPERADOS	FONTE
AMB	Despesas, <i>per capita</i> , em ambiente suportadas pelas câmaras municipais, por NUT III	Número de €/habitante	+	INE
CAPA	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por NUT III	Número de pessoas	+	INE
CRIM	Número de crimes registados pelas autoridades, por NUT III	Número de crimes	-	INE
CUL	Despesa <i>per capita</i> em cultura e desporto suportadas pelos municípios, por NUT III	Número de €/habitante	+	INE
DISTEMPM	Distância-tempo, do aeroporto internacional da capital do país de origem à principal cidade da NUT III de destino	Em minutos	-	Rome2Rio Google Maps
DOR	Fluxos de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros entre o país de residência habitual e a NUT III de destino	Número de pessoas	Variável dependente	INE
DOR (-1)	Fluxos de dormidas no período anterior, nos estabelecimentos hoteleiros entre o país de residência habitual e a NUT III de destino	Número de pessoas	+	INE
NAT	Sítios da Rede Natura 2000, por NUT III	Número de Hectares	+	INE
PIBD	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> a preços constantes de 2012 por NUT III	Milhares de €/habitante	+	INE
PIBO	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> a preços constantes de 2005 por país de residência habitual	Milhares de €/habitante	+	AMECO
POPO	População residente por país de residência habitual	Número de pessoas	+	Banco Mundial

3.2.3. Hipóteses de Investigação

As várias hipóteses que se pretendem ver testadas e verificadas pelo estudo empírico são as que se apresentam de seguida:

- H1. A persistência do hábito dos consumidores (medida pela variável dormidas desfasada um período) tem um impacto positivo na procura turística.
- H2. O rendimento dos consumidores (medido pelo PIB *per capita* do país de origem) tem um impacto positivo na procura turística.

- H3. O tamanho do mercado (medido pela população do país de origem) tem um impacto positivo na procura turística.
- H4. As preocupações ambientais do destino (medidas pela variável despesas das câmaras municipais, *per capita*, em ambiente) têm um impacto positivo na procura turística.
- H5. A insegurança do destino (medida pelo número de crimes) tem um impacto negativo na procura turística.
- H6. A existência de infra-estruturas turísticas (medida pela capacidade hoteleira) tem um impacto positivo na procura turística.
- H7. O esforço/investimento cultural/desportivo do destino (medido pelas despesas *per capita* dos municípios em cultura e desporto) tem um impacto positivo na procura turística.
- H8. Os recursos naturais existentes no destino (medido pelo número de hectares da Rede Natura 2000) têm um impacto positivo na procura turística.
- H9. O nível de desenvolvimento da região de destino (medido pelo *PIB per capita* das regiões de destino) tem um impacto positivo na procura turística.
- H10. A distância do país de origem à região de destino dos turistas (medida pelo índice distância-tempo) tem um impacto negativo na procura turística.

3.2.4. Procedimentos Metodológicos

Para analisar os determinantes da procura turística do destino Portugal e das suas sub-regiões litoral/interior, aplicam-se modelos dinâmicos auto-regressivos de dados em painel. O estudo foi restringido ao turismo internacional devido à indisponibilidade de dados desagregados origem/destino por NUT III.

A configuração de dados em painel é aplicada ao modelo, não só porque é o método que tem sido usado na maioria dos estudos da procura turística (Marques, 2008), mas, essencialmente porque, ao pretendermos efectuar uma análise do turismo ao nível nacional/regional é importante ter em conta as características próprias destes territórios, que não são observáveis nem mensuráveis (praias, montanhas, etc...). Ora, os modelos de dados em painel permitem-nos ter em conta essa heterogeneidade individual.

Por outro lado, a escassez de dados na área do turismo limita o uso de modelos puramente temporais ou seccionais, uma vez que se obteria um número de observações muito reduzido e conseqüentemente, poucos graus de liberdade. Além disso, são inúmeras as vantagens destes modelos, que serão abordadas na secção 3.2.5.

A actividade turística, tal como muitas das relações económicas, é dinâmica, daí a aplicação de modelos dinâmicos de dados em painel em detrimento de modelos estáticos. Além disso, a inclusão da variável dependente desfasada no modelo, como regressor, captura a qualidade da experiência e a persistência do hábito do turista, pelo que, a sua não inclusão, como ocorre em modelos estáticos, provocaria uma superestimação dos regressores (Garín-

Muñoz e Montero-Martín). Surugiu *et al.* (2011) referem ainda que, os modelos de regressão estática podem sofrer vários problemas, nomeadamente, regressão espúria.

No que se refere ao método de estimação, será aplicado o Método dos Momentos Generalizados (GMM), particularmente o método GMM em Sistema de Blundell e Bond (1998), já aplicado por autores em estudos semelhantes (e.g. Maloney e Montes Rojas, 2005; Garín-Muñoz, 2005; Leitão, 2008, entre outros). A sua escolha deveu-se, ao facto de ser o método mais usado para ultrapassar a inconsistência dos estimadores tradicionais em modelos dinâmicos (Ramos, 2011), assim como o mais eficiente na estimação de painéis micro, isto é, painéis com uma dimensão sectorial (N) elevada e uma dimensão temporal (T) curta. Por último, a escolha do estimador GMM em Sistema de Blundell e Bond (1998) em detrimento do estimador GMM de Arellano e Bond (1991) deveu-se ao facto do primeiro abarcar as vantagens do segundo e ainda ter ganhos de eficiência sobre o mesmo, principalmente na presença de séries temporais curtas e persistentes (Marques, 2008). O número de dormidas é uma série altamente persistente, cujo número de observações temporais é curto e bastante inferior ao número de unidades transversais. A explicação destes métodos é apresentada em 3.2.6.

3.2.5. Modelos com Dados em Painel: Vantagens e Desvantagens

Dados em painel, de acordo com Marques (2008), são conjuntos de observações que combinam séries temporais (*time series*) com dados transversais (*cross section*) e que permitem analisar em simultâneo as respostas da variável dependente às mudanças das variáveis explicativas, quer ao longo do tempo, quer entre indivíduos (países, regiões, etc.).

Nesse sentido, são inúmeras as vantagens que este tipo de configuração de dados abarca. Além de permitir o estudo de modelos de comportamento mais complexos (Seetaram e Dwyer, 2009), ainda concede liberdade ao investigador no sentido de este escolher os regressores que melhor se adequam aos seus objectivos (Neves, 2009). Por outro lado, controla o viés de variáveis omitidas, ao permitir a detecção e medição de efeitos não observáveis com dados puramente temporais ou transversais e a consideração da heterogeneidade individual possivelmente existente. Isto é, apesar dos indivíduos deterem características próprias e divergentes entre si, pela sua imaterialidade e diversidade, são difíceis de quantificar, daí que sejam geralmente excluídos dos modelos. Ora, um dos principais benefícios dos dados em painel são efectivamente a capacidade de inclusão e identificação desses efeitos, relevantes mas de inexequível mensuração (Hsiao, 2003 e Baltagi, 2005). Para além disso, os dados em painel permitem ainda analisar as dinâmicas de ajustamento, possibilitando a caracterização das respostas de diferentes indivíduos, em diferentes momentos do tempo, opondo-se aos modelos de dados transversais que assumem uma falsa ideia de estabilidade (Marques, 2000 e Neves, 2009). Por último, permitem o uso de um maior número de observações, logo maior quantidade de informação, maior variabilidade

e maior número de graus de liberdade, obtendo estimadores com melhores propriedades assintóticas e multicolinearidade reduzida a entre as variáveis (Baltagi, 2005).

No entanto, o uso de modelos com dados em painel não representa somente vantagens para a investigação, já que os mesmos são susceptíveis de sofrer vários tipos de enviesamento. Segundo Hsiao (2003), podem enfrentar problemas de ausência de dados, amostras incompletas e erros de registo; problemas de correlação entre os efeitos individuais e a variável dependente e/ou explicativas; enviesamento pela não consideração da heterogeneidade e enviesamento de selecção (*selectivity bias*), isto é, problemas pela recolha de dados não ser aleatória.

3.2.6. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel

Segundo Yap (2010) e Ramos (2011), um modelo dinâmico auto-regressivo de dados em painel caracteriza-se pela presença de uma variável endógena entre os regressores, heterogeneidade entre as secções e correlação entre os regressores endógenos e os efeitos individuais, sendo representado por um modelo do tipo:

$$y_{it} = \alpha_i + \beta_1 X_{it1} + \dots + \beta_k X_{itk} + \delta y_{i,t-1} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde $i = 1, \dots, N$ representa a secção transversal e $t = 1, \dots, T$, o tempo. X_{it} os k regressores, β 's os k coeficientes de cada regressor, α , a intercepção, δ , o coeficiente da variável dependente desfasada $y_{i,t-1}$ e, ε_{it} , os resíduos.

De acordo com Maloney e Montes Rojas (2005), este tipo de modelos são muito sensíveis à técnica de estimação, principalmente no caso de painéis micro (N elevado e T curto), já que se caracterizam pela presença de correlação entre o regressor endógeno ($y_{i,t-1}$) e o termo de erro (ε_{it}) (Baltagi, 2005). Em virtude disso, são vários os autores que documentam que os tradicionais estimadores de modelos com dados em painel são tendenciosos e inconsistentes, uma vez que a estimativa do parâmetro (δ) resulta num enviesamento para baixo em efeitos fixos e num enviesamento para cima em OLS (Nickell, 1981 e Hsiao, 1986, ambos referidos por Marques, 2008). Por esta ordem de ideias, tem-se justificado a aplicação de variáveis instrumentais, através das quais se consegue isolar a parte do regressor que não se encontra correlacionada com o erro, obtendo, assim, estimadores consistentes e não enviesados (Duarte *et al.*, 2007).

Porém, esta abordagem, sugerida por Balestra e Nerlove (1966) é apenas indicada nos casos em que não existe correlação entre os efeitos individuais e o termo de erro (Ramos, 2011). Por essa razão, Anderson e Hsiao (1981) sugeriram uma transformação, para os casos em que essa correlação é existente, propondo a aplicação das primeiras diferenças ao modelo e posterior uso de Δy_{t-2} ou y_{t-2} , como instrumento para Δy_{t-1} . No entanto, apesar de esta técnica suprimir os efeitos individuais e a correlação existente (Deng e Athanosopoulos, 2011), também não se apresenta como a melhor abordagem a ser seguida, tendo em conta que as estimativas obtidas, pese embora consistentes, não são eficientes, pois não fazem uso

de todas as condições de momento disponíveis e não têm em conta a estrutura diferenciada nos erros $\Delta\varepsilon_{it}$. (Baltagi, 2005). Além disso, a diferenciação introduz novos problemas: autocorrelação nos erros e de novo endogeneidade (correlação entre Δy_{t-1} e ε_{it-1}).

Por estas razões, Arellano e Bond (1991) propuseram, então, um procedimento de estimação mais eficiente, denominado Método dos Momentos Generalizados (GMM), que, tal como Anderson e Hsiao (1981) diferencia o modelo em primeira ordem mas recorre às condições de ortogonalidade existentes entre os valores desfasados de y_{it} e v_{it} para obter instrumentos adicionais (Baltagi, 2005).

Podemos, então, ilustrar isto, conforme Baltagi (2005), com o seguinte modelo:

$$y_{it} = \delta y_{i,t-1} + \beta_1 X_{it1} + \dots + \beta_k X_{itk} + w_{it}, \quad i = 1, \dots, N \text{ e } t = 1, \dots, T \quad (2)$$

Onde $w_{it} = \alpha_i + \varepsilon_{it}$, com $\alpha_i \sim \text{IID}(0, \sigma_\alpha^2)$ e $\varepsilon_{it} \sim \text{IID}(0, \sigma_\varepsilon^2)$.

Quando o número de observações transversais (N) é elevado e o número de observações temporais (T) é fixo, deve começar-se por diferenciar o modelo em primeira ordem por forma a eliminar os efeitos individuais α_i . De seguida, devem aplicar-se instrumentos que cumpram as condições de relevância e exogeneidade (correlacionados com o regressor endógeno e não correlacionados com o termo de erro em primeiras diferenças) (Yap 2010). Desse modo, Arellano e Bond (1991) propõem para instrumentos, valores em nível da variável dependente desfasada dois ou mais períodos (Soukiazis, 2010) e sugerem adicionar um instrumento extra a cada período. Assim, propõem como conjunto de instrumentos para o período T, $(y_{i1}, y_{i2}, \dots, y_{iT-2})$.

No caso de existirem regressores pré-determinados X_{it} , como acontece no modelo acima, com $(X_{it} \delta_{is}) \neq 0, \forall t > s$, então $[X'_{i1}, X'_{i2}, \dots, X'_{i(s-1)}]$ são também considerados instrumentos válidos, neste caso, para o período s e devem ser adicionados aos restantes. Desta forma, podemos então definir a matriz de instrumentos W_i :

$$W_i = \begin{pmatrix} [y_{i1}, x'_{i1}, x'_{i2}] & \dots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & [y_{i1}, y_{i2}, x'_{i1}, x'_{i2}, x'_{i3}] & \dots \\ & \dots & [y_{i1}, \dots, y_{iT-2}, x'_{i1}, \dots, x'_{iT-1}] \end{pmatrix} \quad (3)$$

Contudo, este procedimento ainda não tem em conta o termo de erro diferenciado $(\varepsilon_{it} - \varepsilon_{it-1})$. Por essa razão, e como os instrumentos são ortogonais em relação aos erros, deve ser aplicada a seguinte condição de momento:

$$E[W_i' \Delta \varepsilon_i] = 0, \quad \Delta \varepsilon_i' = (\varepsilon_{i2} - \varepsilon_{i1}, \dots, \varepsilon_{iT} - \varepsilon_{iT-1}) \quad (4)$$

Quando pré-multiplicamos o modelo dinâmico auto-regressivo acima pela matriz dos instrumentos (3) e aplicamos o estimador GLS, obtemos os estimadores GMM one-step e two-step de Arellano e Bond (1991) da seguinte relação:

$$\frac{\hat{\beta}}{\hat{\beta}} = ([\Delta y_{t-1}, \Delta X]' W (\hat{V}_N)^{-1} W' [\Delta y_{t-1}, \Delta X])^{-1} ([\Delta y_{t-1}, \Delta X]' W (\hat{V}_N)^{-1} W' \Delta y) \quad (5)$$

Em geral, este estimador, além de evitar o enviesamento por variáveis omitidas e permitir a obtenção de estimadores consistentes, visto ser considerado mais robusto em termos de heterocedasticidade e normalidade (Neves, 2009), resguarda-se, ainda, de problemas de não estacionaridade (Brida e Risso, 2009). Todavia, apesar de ser o método

mais usual para a estimação de modelos com as características apresentadas, não é isento de problemas, uma vez que sofre de viés e baixa precisão, quando as séries temporais são de curta dimensão e persistentes (Marques, 2008). Ora, isto porque a correlação entre os níveis desfasados das séries e as primeiras diferenças, conduz a instrumentos fracos.

Motivados por estes problemas, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) desenvolveram um estimador alternativo, o GMM em Sistema, que impõe uma restrição adicional de estacionaridade, que permite condições de momento informativas, mesmo na presença de séries persistentes e de curta dimensão temporal (Baltagi, 2005). Assim, ao modelo dinâmico auto-regressivo (1) consideram ainda a suposição adicional: $E[\alpha_i \Delta y_{i2}] = 0, \forall i = 1, \dots, N$, que implica estacionaridade da condição inicial y_{i1} . Deste modo, são criadas T-2 condições de momentos lineares adicionais:

$$E[w_{it} \Delta y_{i,t-1}] = 0, \forall i = 1, \dots, N \text{ e } t = 1, \dots, T \quad (6)$$

As quais, conjugadas com as condições de momento desenvolvidas por Arellano e Bond (1991): (4) nos permitem construir um estimador consistente e eficiente.

A ideia básica do GMM em Sistema é estimar um sistema de equações, com T-2 equações em nível e T-2 equações em diferenças, onde, os instrumentos usados nas equações em nível são as séries desfasadas em primeiras diferenças e os instrumentos usados nas equações em diferenças são as variáveis desfasadas em níveis. (Baltagi, 2005; Marques, 2008 e Leitão, 2008). Assim, a matriz de instrumentos é dada por:

$$Z_i = \begin{bmatrix} W_i & 0 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & \Delta y_{i2} & 0 & \dots & 0 \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ 0 & 0 & 0 & \dots & \Delta y_{i,T-1} \end{bmatrix} \quad (7)$$

Onde W_i é a matriz de instrumentos (3).

Portanto, o conjunto completo de condições de momento disponíveis, é expresso por:

$$E(Z_i' \varepsilon_i) = 0, \varepsilon_i = (\Delta \varepsilon_{i2}, \dots, \Delta \varepsilon_{iT}, w_{i2}, \dots, w_{iT})' \quad (8)$$

No caso de existirem regressores pré-determinados X_{it} , as primeiras diferenças desfasadas das variáveis X_{it} podem ser usadas como instrumentos para equações em nível, assim como os valores desfasados em segunda ordem e anteriores das variáveis X_{it} , podem ser usados como instrumentos para as equações em primeiras diferenças, se se assumir que as primeiras diferenças de X_{it} estão não correlacionadas com o efeito específico individual. Então as condições de momento seguintes são válidas em adição às apresentadas acima.

$$E[x_{i,t-s} \Delta \varepsilon_{it}] = 0, \forall t = 3, \dots, T \text{ e } s \geq 2 \quad (9)$$

Portanto, este estimador, além de abarcar as vantagens do estimador GMM de Arellano e Bond (1991), ainda tem ganhos de eficiência sobre o mesmo. Todavia, é preciso ter atenção, quer ao número de observações transversais, que deve ser elevado (se N curto, os estimadores podem estar gravemente enviesados), quer ao número de instrumentos (muitos instrumentos pode provocar enviesamento). Deve tentar usar-se o maior número de observações transversais e apenas o número de instrumentos necessário a cumprir as condições de momentos (Marques, 2008).

Além disso, e atendendo aos pressupostos admitidos pelos métodos GMM e GMM em Sistema, é requerida a realização de testes de especificação que verifiquem se os instrumentos usados são válidos e se existe autocorrelação de primeira e segunda ordem no modelo. Para isso, são realizados dois testes, o Teste de Autocorrelação de Arellano e Bond (1991) e o Teste de Hansen (Ramos, 2011).

No Teste de Autocorrelação, Arellano e Bond (1991) propõem testar a hipótese nula de existência de não autocorrelação nos erros, isto porque a consistência do estimador depende da existência de autocorrelação de primeira ordem e da existência de não autocorrelação de segunda ordem. Assim, esta relação é testada por intermédio das estatísticas m_1 e m_2 e o estimador é considerado consistente se não se rejeitar a hipótese nula na estatística m_2 e se se rejeitar na estatística m_1 , uma vez que isso significa que estamos na presença de autocorrelação de primeira ordem, mas não de segunda ordem (Baltagi, 2005; Brida e Rizzo, 2009 e Hsiao *et al.*, 2009).

Por sua vez, o Teste de Hansen-Sargan, inicialmente proposto por Sargan (1958) para testar a especificação dos modelos, depois utilizado por Hansen (1982) para avaliar para testar as restrições de sobre-identificação de um modelo estimado por GMM (Naudé e Saayman, 2005), considera como hipótese nula, a não correlação entre as variáveis instrumentais e o conjunto dos resíduos. Assim, a não rejeição da hipótese nula, implica a validade dos instrumentos (Garín-Muñoz, 2006 e Hsiao *et al.*, 2009).

3.2.7. Especificação do Modelo

O modelo econométrico proposto toma a seguinte representação:

$$LDOR_{ijt} = \alpha + LDOR_{ijt}(-1) + \beta_2 LPIBO_{ijt} + \beta_3 LPOPO_{ijt} + \beta_4 LAMB_{ijt} + \beta_5 LCRIM_{ijt} + \beta_6 LCAPA_{ijt} + \beta_7 LCULT_{ijt} + \beta_8 LNAT_{ijt} + \beta_9 LPIBD_{ijt} + \beta_{10} LDISTEMPM + v_{ijt} \quad (10)$$

Onde $v_{ijt} = \varepsilon_{ijt} + u_{ij}$, $\forall ij = 1, \dots, N$ e $t = 1, \dots, T$

O índice i corresponde à região de destino, o índice j , ao país de origem e o índice t , ao horizonte temporal. v_{ijt} corresponde ao termo de erro da regressão que pode ser decomposto em u_{ij} (efeito específico individual não observado) e ε_{ijt} (termo de erro aleatório). O valor de β_1 indica em que medida a procura turística corrente é determinada pelo valor do consumo anterior do produto turístico.

As variáveis serão todas estimadas em logaritmos. Assim, as elasticidades de curto-prazo são obtidas directamente. As elasticidades de longo-prazo poderão ser obtidas das primeiras, pela divisão destas por $(1 - \beta_1)$, sendo β_1 , o coeficiente da variável dependente. Quanto ao instrumento usado para tratamento de dados, foi adoptado o *software* econométrico STATA 11 e quanto à aplicação econométrica, será usada a opção robusta do GMM em Sistema, que corrige eventuais problemas de heterocedasticidade.

3.3. Apresentação dos Resultados, Interpretação e Discussão

Neste capítulo serão expostos os resultados das várias regressões estimadas a partir da equação (10) e com recurso à técnica econométrica GMM em Sistema de Blundell e Bond (1998). Inicialmente apresentar-se-ão os resultados da regressão estimada para a totalidade da amostra (de Portugal Continental) e posteriormente para as sub-amostras das regiões litoral/interior (tabela 2), tendo em conta a inclusão ou exclusão da variável distância-tempo.

Tabela 2. Resultados das regressões - GMM em Sistema: Determinantes da procura turística internacional do destino Portugal Continental

Variável	Portugal	Regiões do Interior		Regiões do Litoral	
	Variável dependente				
	Modelo I	Modelo II	Modelo III	Modelo IV	Modelo V
$LDOR_{ijt}(-1)$	0,8597*** (0,042)	0,236** (0,1117)	0,2672** (0,1035)	0,6878*** (0,0867)	0,7508*** (0,091)
$LPIBO_{ijt}$	0,2426** (0,1148)	-0,023 (1,0424)	-2,3481*** (0,7540)	0,5945*** (0,1142)	0,2042** (0,0986)
$LPOPO_{ijt}$	0,1394*** (0,0349)	0,0764 (0,3116)	-0,2572 (0,2460)	0,0684** (0,0348)	-0,0435 (0,0349)
$LAMB_{ijt}$	-0,0506 (0,0389)	-0,2666** (0,1071)	-0,2090 (0,1358)	-0,1646*** (0,0449)	-0,1897*** (0,0403)
$LCRIM_{ijt}$	-0,0325 (0,0390)	-0,9049** (0,3807)	-0,8877** (0,3981)	-0,1126*** (0,0302)	-0,0893*** (0,0306)
$LCAPA_{ijt}$	0,14*** (0,0471)	0,7348*** (0,2239)	0,7216*** (0,2438)	0,1502*** (0,0372)	0,0469*** (0,0412)
$LCULT_{ijt}$	-0,037 (0,0525)	0,3093* (0,1664)	0,2950 (0,1796)	-0,0566 (0,0469)	-0,054 (0,0504)
$LNAT_{ijt}$	0,0042 (0,0075)	0,1600** (0,0665)	0,1638*** (0,059)	-0,0152* (0,0084)	-0,0138* (0,0083)
$LPIBD_{ijt}$	0,1606** (0,0731)	0,2703 (0,7562)	0,5217 (0,6813)	0,1162* (0,0602)	0,1267** (0,0571)
$LDISTEMPM_{ijt}$	-0,3984*** (0,0763)	-1,2925* (0,7431)	—	-0,3256*** (0,0639)	—
Número de observações	840	360	360	400	400
Número de grupos	140	60	60	80	80
Número de instrumentos	134	68	63	94	93
Testes especificação:					
AR(1) (p-value)	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000
AR(2) (p-value)	0,124	0,755	0,806	0,121	0,149
Hansen (p-value)	0,208	0,645	0,366	0,727	0,701

Todas as regressões aqui apresentadas cumprem estes pressupostos e revelam um desempenho econométrico satisfatório dos modelos, não apresentando indícios de autocorrelação de segunda ordem nem de falta de validade conjunta dos instrumentos.

No que se refere à procura turística do ano anterior, foram encontrados coeficientes positivos e significativos em todos os modelos, o que está em linha com os resultados obtidos em estudos já realizados no Mundo (e.g. Brida e Rizzo, 2009) e em Portugal (e.g. Leitão, 2008 e 2010). Assim, é revelada a presença de persistência do hábito e efeito boca-a-boca na procura turística internacional dos destinos Portugal Continental, litoral e interior de

Portugal. Ora, isto denota, também, a qualidade e a reputação nacional enquanto destino turístico, dado que, se os turistas têm tendência a voltar e a recomendar o nosso país, é sinal que desfrutaram de uma experiência agradável, hospitalidade e serviços de qualidade. É importante, ainda, salientar o facto de este efeito não se sentir somente nas regiões do litoral, onde a oferta de recursos “sol e mar” é abundante e a repetição da procura, uma realidade, principalmente na região do Algarve e por parte dos turistas oriundos do Reino Unido. Também nas regiões do interior este efeito, apesar de inferior, é significativo.

No que toca à elasticidade rendimento da procura, o seu efeito é apenas significativo e positivo nos modelos da procura turística internacional de Portugal Continental e da sub-região litoral. Em ambos, a elasticidade rendimento da procura turística internacional de curto prazo apresenta um valor entre zero e um e a elasticidade rendimento da procura turística internacional de longo prazo, um valor superior a um (1,72 no modelo I e 1,90 no modelo IV), o que significa que a procura turística, nestas áreas, parece comportar-se como um bem normal no curto prazo e como um bem de luxo no longo prazo. Por detrás destes valores poderá estar o facto de Portugal se apresentar como um destino turístico onde os preços praticados são relativamente acessíveis e a sua procura maioritariamente proveniente de países com elevados níveis de rendimento. Ora, nesse seguimento, é normal que um incremento no rendimento dos consumidores, quando esse rendimento já é elevado, no curto prazo, não tenha um efeito mais que proporcional no aumento da procura turística, pese embora no longo prazo, esse efeito já se verifique, denotando uma procura fortemente dependente das condições económicas dos países de origem. Garín-Muñoz e Amaral (2000) e Leitão (2008;2010) relataram resultados semelhantes.

Tendo em conta os coeficientes negativos e no caso do modelo II, não significativo, do efeito do rendimento do país de origem na procura turística internacional das regiões do interior, é importante perceber o que poderá ter estimulado este resultado não expectável, já ocorrido em outros estudos (e.g. Naudé e Saayman, 2005 e Zhang e Jensen). Ora, se a procura turística internacional das regiões do litoral diminui quando o rendimento dos consumidores aumenta 1%, tal denota que os destinos turísticos localizados no interior são considerados bens inferiores, por parte dos turistas internacionais. O que poderá estar por detrás destes resultados? Será que o facto de algum alojamento no interior do país ser comparativamente mais barato que o alojamento no litoral, o que faz com que um aumento do rendimento conduza à substituição dos produtos turísticos oferecidos nestas regiões por produtos turísticos no litoral ou até mesmo em outros países? Estará relacionado com o facto de a maioria do turismo internacional das regiões do interior do país ser proveniente da Espanha, o que reduz em muito os custos suportados? Esta é uma questão que urge ser respondida e analisada detalhadamente num estudo futuro.

Relativamente ao impacto do aumento do tamanho do mercado (em termos populacionais) no aumento da procura turística internacional, o mesmo apenas é positivo e significativo para a procura turística nacional e para a procura turística das regiões do interior. No que se refere à procura turística das regiões do litoral, este factor é não

significativo, o que, poderá fazer algum sentido na medida em que, nem sempre os países que detêm uma maior população são aqueles que emitem mais turistas.

Quanto à insignificância estatística e sinal contrário do efeito do incremento das preocupações ambientais no aumento da procura turística em todos os modelos apresentados, contrariamente ao que seria esperado. A sua razão de ser poderá estar relacionada com o facto de, tal como refere Cho (2010), a maioria das pessoas desconhecer os níveis de protecção ambiental dos destinos e com o facto de existir uma preferência por regiões mais desenvolvidas, geralmente mais poluentes e com menos preocupações ambientais.

Os coeficientes da variável capacidade de alojamento apresentam-se positivos e significativos em todos os modelos, o que está de acordo com o que tem sido apresentado na literatura (e.g. Khandaroo e Seetanah, 2007 e Gormus e Gocer, 2010). Os seus resultados demonstram a importância do investimento em infra-estrutura turística na atractividade de turismo internacional. É um dos tradicionais factores de competitividade dos destinos.

Em relação às despesas em cultura e desporto, os resultados obtidos não se mostraram significativos para o destino nacional e para a sub-região do interior. Apresentaram apenas significância e impacto positivo no modelo II, referente à procura turística das regiões do interior de Portugal. O facto de isso ocorrer pode dever-se a esta variável representar uma *proxy* pobre para o investimento cultural e desportivo, tendo em conta que o investimento dos municípios nesse tipo de eventos ser escasso. Contudo, no caso das regiões do interior, esse esforço público em eventos culturais e desportivos apresenta uma elevada significância, o que poderá justificar-se com o facto dos recursos culturais e patrimoniais representarem uma das principais atractividades destas regiões, havendo um maior esforço por parte dos governos locais, na conservação do património cultural.

Relativamente à influência dos recursos naturais sobre a procura turística internacional do território nacional e regional, os resultados obtidos revelam-se insignificantes para a totalidade da amostra de Portugal Continental mas significativos nas regiões litoral/interior, apesar do sinal contrário apresentado nas regiões do litoral. Nas regiões do interior, este factor apresenta-se como bastante significativo, o que pode ser justificado pelo facto de estas regiões serem dotadas de um vasto património natural propício à prática de Turismo da Natureza, Turismo rural e todo o tipo de turismo praticado ao ar livre. Quanto à insignificância estatística apresentada para o território nacional como um todo, também encontrada por Eugenio-Martín e Campos Soria num estudo em 15 países europeus e aos sinais contrários encontrados nas regiões do litoral, também encontrados por Zhang (2008) na China, isso deve-se essencialmente à excessiva procura turística dos produtos “sol e mar” existente no território nacional, para os quais os recursos naturais não são tão relevantes, porque estes turistas dão primazia aos recursos turísticos.

No que concerne aos efeitos da criminalidade sobre a procura turística internacional, é observável que, à excepção do turismo em Portugal Continental, ela é significativa e negativa nas regiões litoral/interior. Estes resultados para a região do interior, onde a magnitude do coeficiente é muito superior, demonstram que os turistas que procuram estas

regiões são, na sua maioria, avessos ao risco. Ora, tendo em conta as características do turismo praticado na região, essencialmente turismo da natureza, turismo rural, *touring* e actividades ao ar livre, localizado em áreas pacatas e com baixos índices de criminalidade e tendo em conta as características do turista que procura essas áreas, motivado pela busca do descanso e tranquilidade do mundo rural, das belas paisagens naturais e da fuga à agitação e ao *stress* das grandes cidades, a segurança emerge como um dos polos de atractividade e um dos principais determinantes da procura turística dessas áreas. Por outro lado, a insignificância estatística deste factor no contexto nacional e o grau de resposta baixo nas regiões do litoral vai ao encontro de resultados semelhantes que foram encontrados em Kareem (2008). A sua razão de ser poderá estar relacionada com o facto de grande parte da procura turística internacional em Portugal estar direccionada para a oferta de produtos “sol e mar”, localizados em áreas maior agitação e criminalidade que as áreas do interior. Contudo, a reputação de Portugal enquanto destino turístico extremamente seguro, onde o índice de criminalidade é relativamente baixo conduz a uma menor valorização deste factor por parte da procura turística internacional.

Em relação ao efeito do desenvolvimento das regiões de destino na procura turística internacional, medido pelo PIB *per capita*, a sua significância é apenas verificada no contexto nacional e nas regiões do litoral, o que se justifica pelo facto de as mesmas serem mais desenvolvidas do que as regiões do interior. Os turistas que procuram as zonas do interior são atraídos pela ruralidade e pelas tradições e não tanto pelo desenvolvimento económico. Já os turistas que procuram as regiões do litoral são positivamente atraídos por elevados níveis de desenvolvimento, na medida em que este também permite uma melhoria das condições da oferta turística. Os resultados apesar de apresentarem magnitudes de coeficientes inferiores estão de acordo com os resultados apresentados por Eilat e Einav (2004) e Zhang (2009).

Por último, quanto ao efeito da duração do tempo de viagem sobre a procura turística internacional, o mesmo é significativo e negativo nas três áreas analisadas, mas, principalmente no interior, o que evidencia a importância das acessibilidades entre a origem dos turistas e o destino turístico e a disparidade existente entre litoral e interior no que concerne a infra-estruturas de transporte e serviços, revelando a enorme falta de acessibilidades à região do interior.

Capítulo 4 - Conclusão

A prática crescente do turismo a nível internacional e o seu contributo económico têm demonstrado a importância deste sector para as regiões de destino. A sua capacidade de propulsor do desenvolvimento regional e valorização dos recursos autóctones, conjugada com o enorme potencial turístico nacional e com as novas tendências do turismo, de valorização de outros produtos para além do produto “Sol e Mar”, realça a necessidade de

análise dos factores que influenciam a procura turística internacional. Nesse sentido, este estudo, que analisa os determinantes da procura turística internacional das regiões do litoral e do interior de Portugal Continental, surge com o objectivo de detectar possíveis diferenças significativas entre os factores que determinam a procura internacional destas zonas, bem como prováveis divergências de comportamento dos turistas em função da região de destino.

Os resultados apresentados demonstram que os principais determinantes da procura turística internacional das zonas do litoral de Portugal Continental são os tradicionais factores de vantagem comparativa (a população, o rendimento dos consumidores e a capacidade hoteleira), bem como alguns aspectos do lado da oferta (a segurança, o desenvolvimento e as acessibilidades). Em oposição, como principais determinantes da procura turística internacional das zonas do interior de Portugal Continental emergem, principalmente, os factores do lado da oferta (a segurança, o esforço cultural das entidades públicas, os recursos naturais e as acessibilidades físicas) e a capacidade hoteleira. Em ambas as regiões, a reputação e a qualidade dos serviços apresenta-se também como um dos principais determinantes, tendo em conta o impacto da persistência do hábito na procura turística internacional destes destinos. Verifica-se, assim, uma enorme sensibilidade do turismo das regiões do litoral e nacional às mudanças no nível de rendimento dos consumidores, pelo que, os decisores políticos devem estar cientes disso e promover outros tipos de turismo menos sensíveis às condições económicas, não limitar a oferta a produtos turísticos de “Sol e Mar” e diversificar a promoção turística a outros países, procurando atingir novos mercados.

Outra das principais conclusões do estudo relaciona-se com a importância das viagens repetidas e da persistência do hábito, o que evidencia a relevância da qualidade e da reputação dos destinos turísticos como forma de atracção turística. Assim, emerge a necessidade dos agentes do turismo conseguirem proporcionar uma experiência de alta qualidade, fundamental à atracção de novos turistas e manutenção dos actuais.

Além disso, tendo em conta o efeito bastante significativo de elementos do lado da oferta como a cultura, a segurança, a natureza, a acessibilidade e a capacidade de alojamento nas zonas do interior, é importante que se aposte na promoção destes destinos, ricos em património cultural e natural e extremamente seguros. Os governos e as entidades privadas devem apoiar as actividades culturais e proteger e potenciar os recursos naturais, porque estes podem oferecer uma vantagem comparativa aos destinos. É, ainda, importante que as entidades públicas melhorem as ligações, o transporte e os custos de transporte entre os aeroportos e as regiões turísticas localizadas nas zonas do interior, tendo em conta a enorme importância deste factor para a procura turística internacional da região. Por último e não menos importante, é necessário que as entidades privadas invistam na criação de equipamentos e infra-estruturas nas áreas do interior, cuja capacidade hoteleira é inferior à apresentada nas áreas do litoral e o seu potencial e oportunidades turísticas, elevados.

Em suma, o estudo ajuda a compreender os factores que determinam a competitividade nacional e regional do turismo em Portugal e fornece informação útil à tomada de decisão estratégica no sentido de melhorar o desempenho deste sector e tornar a

sua actividade mais competitiva, tanto nas regiões do interior quanto nas regiões do litoral. Para que essa crescente competitividade e atracção turística se realize de facto, é necessário que se abandone a superpromoção do Algarve, quase como “único” destino potencialmente turístico em Portugal, se adapte a oferta turística às tendências mundiais da procura e à crescente concorrência de destinos emergentes e se aposte na formação profissional, quer quadros técnicos inferiores, quer dos quadros técnicos superiores, para que estes últimos desempenhem uma boa gestão da actividade turística.

Capítulo 5 - Limitações e Propostas de Investigação Futura

O sector do turismo, pela sua natureza dinâmica e multidisciplinar coloca bastantes entraves no que se refere ao seu tratamento econométrico e estatístico. Primeiro, porque a sua disponibilidade de dados é escassa, principalmente no nosso país e a nível desagregado. Depois, porque se trata de uma actividade económica bastante heterogénea e que inclui intrínseca em si mesma actividades que, além de imateriais e difíceis de mensurar, são indissociáveis de outras actividades não turísticas. Nesse contexto, o estudo aqui apresentado revela essas limitações. No futuro, recomenda-se que se estenda a análise à procura doméstica, tendo em conta os níveis que a mesma apresenta nas regiões do interior e que se analise também as regiões autónomas, aqui não analisadas por limitações de espaço. Recomenda-se ainda a introdução de uma variável que meça os preços turísticos, uma vez que isso foi impossível no caso do estudo em questão tendo em conta a não desagregação dos dados ao nível das NUT III. É também recomendada a introdução de outras variáveis com efeitos possivelmente significativos sobre a procura turística. É o caso das despesas de marketing e publicidade, das relações comerciais e dos custos de transporte.

Capítulo 6 - Referências

- Balaguer, J., Cantavella-Jordá, M. (2002). “Tourism as a long-run economic growth factor: the Spanish case”, *Applied Economics*, Vol.34, pp. 877-884.
- Capó, J., Valle, E. (2008). “The macroeconomic contribution of tourism”, *Tourism Development*, Nº10, pp.201-226.
- Castro, J., Correia, M. (2010). “Dinâmicas turísticas na região de Trás-os-Montes: Análise da oferta e procura turística no distrito de Bragança”, *16º Congresso da APDR Universidade da Madeira*, Funchal, pp 2680-2705, <http://hdl.handle.net/10198/3898>, acessado a 19 de Setembro de 2012.
- Coelho, A. (2010). “Análise do planeamento e da gestão turística: Caso de estudo do concelho de Odemira”, *Universidade Nova de Lisboa*, Dissertação de mestrado, Lisboa.
- Costa, R. (2012). “Dinâmicas territoriais geradas pelo investimento privado no turismo”, *Universidade de Aveiro*, Tese de doutoramento, Aveiro.
- Divisekera, S. (2003). “A model of demand for international tourism”, *Annals of Tourism Research*, Vol.30, Nº1, pp.31-49.
- Eilat, Y., Einav, L. (2004). “Determinants of international tourism: a threedimensional panel data analysis”, *Applied Economics*, Vol.36, pp.1315-1327.
- Eugenio-Martin, J., Campos-Soria, J. (2011). “Income and the substitution pattern between domestic and international tourism demand”, *Applied Economics*, Vol.43, pp.2519-2531.
- Eusébio, M. (2006). “Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional. O caso da região centro de Portugal”, *Universidade de Aveiro*, Tese de doutoramento, Aveiro
- Fonseca, A. (2010). “Seia, onde tudo parece nada ... O turismo como factor de desenvolvimento económico”, *Universidade de Coimbra*, Dissertação de mestrado, Coimbra.
- Garín-Muñoz, T. (2004). “Madrid as a tourist destination: Analysis and modelization of inbound tourism”, *International Journal of Tourism Research*, Vol.6, pp.289-302.
- Lee, C., Chang, C. (2008). “Turism development and economic growth: A closer look at panels”, *Tourism Management*, Vol.29, pp.189-192.
- Lopes, A. (2010). “Turismo e desenvolvimento económico: Segmentação do mercado da Ilha de Santiago”, *Universidade de Aveiro*, Dissertação de mestrado, Aveiro.
- Nandé, W., Saayman, A. (2005). “Determinants of tourists arrivals in Africa: a panel data regression analysis”, *Tourism Economics*, Vol.11, Nº3, pp. 365-391.
- Pires, A., Rodrigues, F. (2011). “Desenvolvimento regional e sustentabilidade: uma análise crítica a partir do impacto das políticas públicas na evolução dos factores de coesão na região de Alto-Trás-os-Montes”, *17º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Bragança - Zamora, <http://hdl.handle.net/10198/6611>.

- Ramos, C. (2011). “A influência das tecnologias de informação e de comunicação na procura turística: uma abordagem com dados em macro painel”, *Universidade do Algarve*, Tese de doutoramento, Faro.
- Reis, P. (2012). “Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local”, *Revista EXEDRA*, Nº6, pp. 155-172, <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2300>, acedido a 20 Outubro de 2012.
- Ribeiro, J., Santos, F. (2005). “Desenvolvimento endógeno e política regional”, *Actas de Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Faro, <http://hdl.handle.net/1822/7171>.
- Schubert, S., Brida, J., Rizzo, W. (2011). “The impacts of international tourism demand on economic growth of small economies dependent on tourism”, *Tourism Management*, Vol.32 pp.377-385.
- Seetanah, B. (2011). “Assessing the dynamic economic impact of tourism for island economies”, *Annals of Tourism Research*, Vol.38, Nº1, pp.291-308.
- Soukiazis, E., Proença, S. (2008). “Tourism as an alternative source of regional growth in Portugal: a panel data analysis at NUTS II and III levels”, *Portuguese Economic Journal*, vol.7, pp.43-61.
- Souza, C. (2009). “Turismo e desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela”, *Universidade de Aveiro*, Dissertação de mestrado, Aveiro.
- Souza, L. (2006). “A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do centro de Portugal”, *Universidade de Aveiro*, Dissertação de mestrado, Aveiro.
- Surugiu, C., Leitão, C., Surugiu, M. (2011). “A panel data modelling of international tourism demand: evidences for Romania”, *Ekonomiska Istraživanja*, Vol.24, Nº1, pp.134-145, <http://hdl.handle.net/10400.15/437>.
- Turismo de Portugal, I.P. (2012). “Portugal a crescer. Turismo”, *Conferências Portugal a crescer, COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade*, Porto, http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Agenda/PortugalCrescer/15Jun_PPT_TP.pdf, acedido a 3 Novembro de 2012.
- Vareiro, L. (2008). “Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima”, *Universidade do Minho*, Tese de doutoramento, Braga.
- Vareiro, L., Ribeiro, J. (2006). “A imagem de destino e o potencial turístico do Vale do Minho”, *Reunión de Estudios Regionales - Desarrollo de regiones y euroregiones: el desafio del cambio rural*.
- Vaz, M., Dinis, A. (2007). “Turismo no litoral versus turismo no interior português. O destino turístico Serra da Estrela”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Nº14, pp.71-98.
- Zhang, J. (2009). “Spatial distribution of inbound tourism in China: Determinants and implications”, *Tourism and Hospitality Research*, Vol.9, Nº1, pp.32-49.

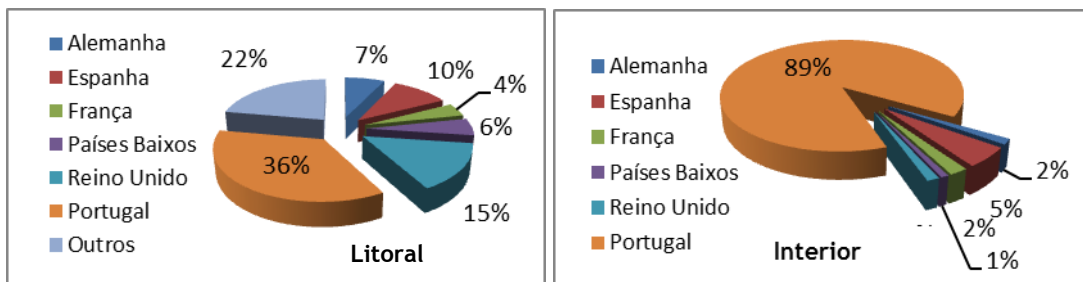
Capítulo 7 - Anexos

Anexo 1. NUTS II, NUTS III e Divisão Litoral/Interior



Fonte: adaptado de: Decreto-Lei nº 244/2002 de 5 de Novembro, artigo 1º, anexo II Diário da República I-Série-A pág. 7103 capítulo VI

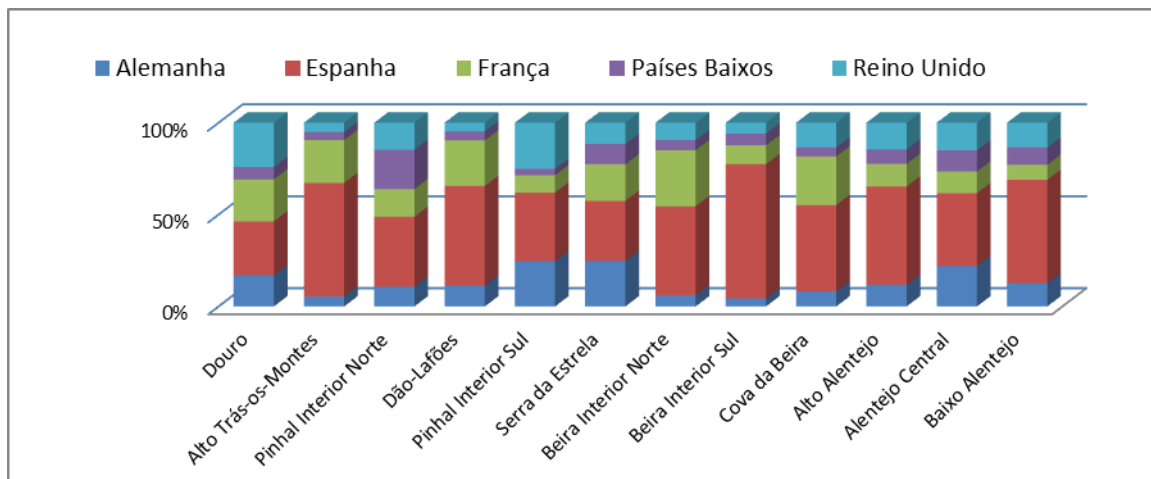
Anexo 2. Proporção das dormidas por mercado emissor, nas sub-áreas litoral/interior, em 2011



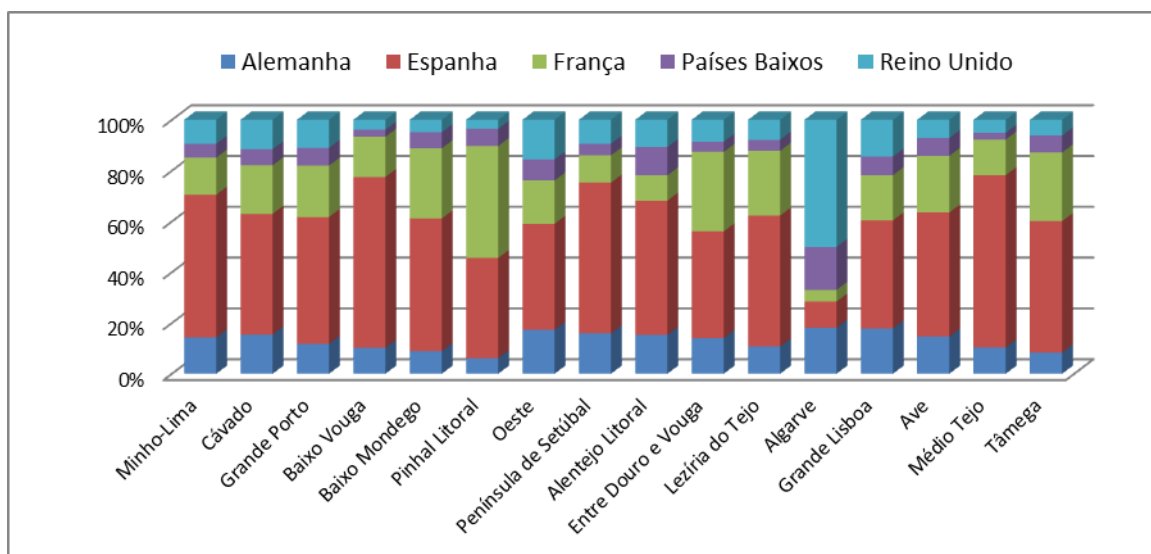
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Anexo 3. Mercados emissores do Turismo Internacional em 2011, respectivamente no interior e no litoral

INTERIOR

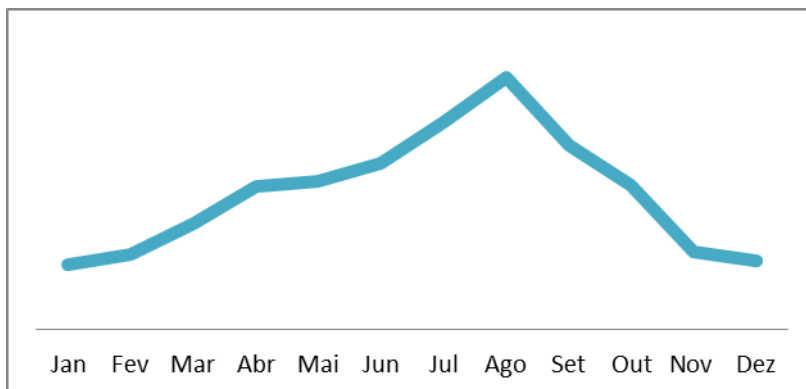


LITORAL



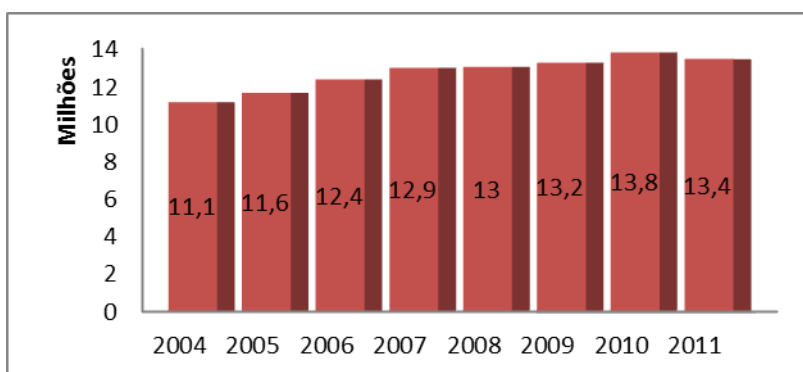
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Anexo 4. Dormidas mensais, em 2011, nos estabelecimentos hoteleiros



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE

Anexo 5. Evolução do número de dormidas nacionais em Portugal [2004-2011]



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE